Repositório Institucional UNESP

RESSALVA

Atendendo solicitação da autora, o texto completo deste documento será disponibilizado somente a partir de 30/07/2027.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
INSTITUTO DE BIOCIÊNCIAS – RIO CLARO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

PRIVATIZAÇÃO DA POLÍTICA EDUCACIONAL: a permeabilidade do público em um olhar sobre a Secretaria Estadual de Educação do Espírito Santo – Brasil

ANDRESA CÓSTOLA

Rio Claro – SP
2026

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
INSTITUTO DE BIOCIÊNCIAS – RIO CLARO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

PRIVATIZAÇÃO DA POLÍTICA EDUCACIONAL: a permeabilidade do público em um olhar sobre a Secretaria Estadual de Educação do Espírito Santo – Brasil

ANDRESA CÓSTOLA

Tese apresentada ao Instituto de Biociências do Câmpus de Rio Claro, Universidade Estadual Paulista, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Educação.
Orientadora: Dra. Raquel Fontes Borghi

Rio Claro – SP
2026

C842p

Cóstola, Andresa
Privatização da política educacional : A permeabilidade do público em um olhar sobre a Secretaria Estadual de Educação do Espírito Santo – Brasil / Andresa Cóstola. -- Rio Claro, 2026
620 p. : 2 v.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Instituto de Biociências, Rio Claro
Orientadora: Raquel Fontes Borghi

1. Educação. 2. Privatização na educação. 3. Educação e Estado. 4. Política e educação. 5. Governo e política. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Dados fornecidos pelo autor(a).

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA TESE: PRIVATIZAÇÃO DA POLÍTICA EDUCACIONAL: a permeabilidade do público em um olhar sobre a Secretaria Estadual de Educação do Espírito Santo – Brasil

AUTORA: ANDRESA COSTOLA ORIENTADORA:
RAQUEL FONTES BORGHI

Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Doutora em Educação, pela Comissão Examinadora:

Assinado de forma digital por Raquel Fontes Borghi:25118800838
Dados: 2026.08.04 10:42:02 -03'00'

Profa. Dra. RAQUEL FONTES BORGHI (Participaçao Presencial) Departamento de Educação / UNESP / Câmpus de Rio Claro - IB

Profa. Dra. REGIANE HELENA BERTAGNA (Participaçao Presencial) Departamento de Educação / UNESP / Câmpus de Rio Claro - IB

Profa. Dra. FRANCISCA CORBALÁN PÖSSEL (Participaçao Virtual)
Centro de Investigación Avanzada en Educación (CIAE) / Universidad de Chile

Profa. Dra. MARIA ELIZA NOGUEIRA OLIVEIRA (Participaçao Presencial)
Departamento de Educação / UNESP / Câmpus de Rio Claro - IB

Profa. Dra. MÁRCIA COSSETIN (Participaçao Virtual)
Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História / Universidade Federal da Integração Latino-Americana

Rio Claro, 30 de julho de 2026.

Aos meus pais, irmã e companheiro que, apesar de se assustarem com meu apego inexplicável à universidade, sempre foram ponto de apoio inesgotável nessa caminhada.

Agradecimentos

Agradeço aos meus pais, Adriana e Derval, por toda educação, carinho e amor que me deram durante toda minha existência. O esforço de vocês foi o que tornou possível chegar até aqui. À minha irmã, Patricia, por ser a melhor irmã que alguém poderia ter, sempre me apoiando, principalmente me incentivando a descansar, você é vital na minha vida e o Júnior é a personificação do amor. Obrigada por isso!

À minha orientadora, Raquel, que junto com o GREPPE (Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional) me acolhe desde 2017, suportando meus calendários, planilhas e tabelas intermináveis. Sou infinitamente grata por todos esses anos de trabalho coletivo que culminam nessa pesquisa e em muitas outras que virão.

Ao Lucas, meu parceiro diário, que constantemente ri comigo [e de mim] até que lágrimas escorram pelo rosto. Esses anos de pesquisa não foram fáceis, e mais do que me apoiar, você me confortou durante o caos pandêmico a alguns anos, momento em que escrevia meu mestrado com um sonho de intercâmbio, que com sua ajuda, pude viver no doutorado.

Em especial, agradeço às amigas que a universidade me trouxe, que contribuíram com escuta, conselhos de vida, de pesquisa e de profissão. Vocês são exemplos de mulheres que tenho o privilégio de poder compartilhar a vida e a profissão.

Aos meus colegas da Universidad de Chile, membros do Grupo de Investigación en Privatización de la Educación (GIPE), Francisca, Juan, Diego, Jorge e Pablo. Vocês me receberam com todo o carinho que possuíam, me acolheram como pesquisadora do grupo, ao qual sou imensamente grata por me sentir pertencente. Essa pesquisa também é de vocês.

E, por fim, agradeço à pequena Andresa dos cabelos desalinhados e calos nas mãos, estudante de escola e universidade pública (noturno!), fruto de cursinho pré-vestibular comunitário, mulher, filha, irmã, professora, geógrafa, companheira e ex-pibidiana. O caminho tem sido lindo e doloroso (a tendinite em todos os dedos são prova), mas não me arrependo de nenhum passo dado até aqui!

Obrigada! E viva a universidade pública e a escola pública!

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001

e pelo Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE).

Prefácio

A construção dessa tese surge de dúvidas oriundas do mestrado, que colocaram a geógrafa que há em mim em um constante vai e vem de perguntas sem respostas. Foi em busca de pensar os *comos* que realizei o doutorado sanduíche na Universidad de Chile, buscando explorar outras lentes teóricas e metodológicas que me permitissem entender os caminhos tortuosos da privatização da política educacional, ocasião que me fez refletir sobre a colonialidade do conhecimento.

Considerando, me deparei com o pensamento de que o debate decolonial para mim, começa com a barreira linguística que o Brasil mantém com o restante da América Latina, de maioria hispanófona. O fato de o Brasil ser o único país da região a adotar o português como idioma oficial e o pouco interesse cultural em aprender o espanhol, quando comparado ao inglês, reflete uma realidade de isolamento linguístico e falta de entendimento identitário, além de demonstrar uma superioridade europeia anglófona. O pertencimento como povo latino-americano fica demasiado abstrato, sensível, frágil, pois não nos comunicamos entre nós. Em certa medida, nem culturalmente, nem geopoliticamente.

Pondero se a barreira linguística é uma maneira de o Brasil se consolidar como diferente, antigo império, potência econômica na América do Sul, que o posiciona como distante dos nossos vizinhos, ainda que compartilhemos, guardadas as dimensões e particularidades, processos históricos semelhantes como colonização, exploração de recursos e corpos, genocídio de povos originários e ditaduras financiadas por grandes potências, entre outras marcas históricas.

Apesar de todos esses devaneios, o que desejo expressar aqui é que esta pesquisadora se viu imersa nesse emaranhado de *porquês* e *comos*. E, pensando em acalmar as vozes internas que questionam *"como posso dialogar?",* é que indico que esta pesquisa possui duas versões: uma em língua materna, português, e outra em língua irmã, espanhol. Que esse texto supra um pouco a minha necessidade de construir diálogos e, para além disso, nos impulsione a pensar em novas formas de fortalecer laços com aqueles que, de fato, sofreram e ainda sofrem as dores de serem países capitalistas periféricos.

Foi pensando nesse esforço do diálogo, que realizei o trabalho na Universidade do Chile. Este me fez visitar centenas de pesquisas, as quais me permitiram perceber que, apesar do avanço expressivo de produções oriundas do Sul Global, especialmente de mulheres brasileiras, o campo ainda é profundamente pautado por referenciais do Norte Global. Ao mesmo tempo, creio que esse trabalho de coleta revela algo importante, uma

insurgência teórica latino-americana. Autoras e autores da região, sobretudo brasileiras(os) como Theresa Adrião, Vera Peroni e Luís Carlos de Freitas, vêm produzindo conceitos, construindo interpretações próprias e reivindicando para o Sul Global a sua própria capacidade de interpretar-se. Essa percepção reforçou para mim que descolonizar o conhecimento é uma prática cotidiana, feita de escolhas como quem citamos, quem ouvimos, quem deixamos entrar no texto e no nosso modo de ver o mundo. E isso só foi possível devido ao trabalho coletivo que marca todo o percurso dessa pesquisa entre Brasil e Chile.

Assim, é imprescindível apontar que o trabalho na UCHILE, desde a escrita do projeto de doutorado sanduíche, até as definições de descritores, as buscas entre erros e acertos nos bancos de dados, às análises, a categorização, as conclusões e os desdobramentos, foram conduzidos de maneira integralmente coletiva, envolvendo trocas sucessivas e revisões em grupo, marcadas por um processo colaborativo e reflexivo, e meus agradecimentos ao Grupo de Investigación en Privatización de la Educación (GIPE) se estendem sempre que possível.

Antes que me esqueça, prezada leitora e leitor, esse texto carrega uma quantidade considerável de quadros, sob o desejo de sistematizar ao máximo as informações coletadas. O anseio de me fazer clara talvez me torne prolixa e, por isso, me desculpar é meu primeiro ato nessa tese. Que meu desejo de expor o que encontrei ao longo do caminho de pesquisa não os desanimem a seguir com a leitura.

No mais, inclui ao longo da tese descrições textuais de gráficos e outros elementos visuais, como forma de ampliar as possibilidades de acesso e leitura, esperando, com isso, estender meu compromisso com o diálogo e com as diferentes formas de acesso ao conhecimento.

Sem mais, obrigada.

Andresa Cóstola

19 de setembro de 2026

Prefacio

La construcción de esta tesis surge de las inquietudes que emergieron durante la maestría, las cuales llevaron a la geógrafa que habita en mí a un constante ir y venir de preguntas sin respuesta. Fue en la búsqueda por comprender los *cómos* que realicé una estancia doctoral en la Universidad de Chile, con el propósito de explorar otras perspectivas teóricas y metodológicas que me permitieran entender los caminos sinuosos de la privatización de la política educativa, experiencia que me llevó a reflexionar sobre la colonialidad del conocimiento.

En ese proceso, llegué a pensar que, para mí, el debate decolonial comienza con la barrera lingüística que Brasil mantiene con el resto de América Latina, mayoritariamente hispanohablante. El hecho de que Brasil sea el único país de la región que adopta el portugués como lengua oficial y el escaso interés cultural por aprender español, en comparación con el inglés, refleja una realidad de aislamiento lingüístico y de débil identificación regional, además de evidenciar la persistencia de una valoración superior de las lenguas europeas hegemónicas, particularmente del inglés. El sentido de pertenencia como pueblo latinoamericano se vuelve excesivamente abstracto, frágil y tenue, porque no nos comunicamos entre nosotros. En cierta medida, ni cultural ni geopolíticamente.

Me pregunto si esta barrera lingüística constituye una forma de que Brasil consolide una imagen de excepcionalidad, heredera de su pasado imperial y de su condición de potencia económica sudamericana, situándose como un país distante de sus vecinos, aun cuando compartimos, guardando las diferencias de escala y las particularidades de cada contexto, procesos históricos semejantes, como la colonización, la explotación de los recursos y de los cuerpos, el genocidio de los pueblos originarios y las dictaduras financiadas por grandes potencias, entre otras marcas históricas.

A pesar de todas estas reflexiones, lo que deseo expresar aquí es que esta investigadora se vio inmersa en ese entramado de *porqués* y *cómos*. Y, buscando apaciguar las voces internas que preguntan *"¿cómo puedo dialogar?"*, decidí que esta investigación tuviera dos versiones: una en mi lengua materna, el portugués, y otra en una lengua hermana, el español. Espero que este texto contribuya, aunque sea modestamente, a satisfacer mi necesidad de construir diálogos y, más aún, nos impulse a pensar nuevas formas de fortalecer los vínculos con quienes, en efecto, han sufrido y continúan sufriendo las heridas de ser países capitalistas periféricos.

Fue precisamente con ese propósito de diálogo que realicé mi trabajo en la Universidad de Chile. Esta experiencia me llevó a revisar centenares de investigaciones, lo que me permitió advertir que, a pesar del notable crecimiento de la producción académica proveniente del Sur Global, especialmente de mujeres brasileñas, el campo continúa profundamente orientado por referentes del Norte Global. Al mismo tiempo, considero que este trabajo de recopilación revela un fenómeno importante: una insurgencia teórica latinoamericana. Autoras y autores de la región, especialmente brasileñas y brasileños como Theresa Adrião, Vera Peroni y Luís Carlos de Freitas, vienen produciendo conceptos, construyendo interpretaciones propias y reivindicando para el Sur Global su capacidad de interpretarse a sí mismo. Esta experiencia reforzó en mí la convicción de que descolonizar el conocimiento constituye una práctica cotidiana, hecha de decisiones sobre a quién citamos, a quién escuchamos, a quiénes incorporamos a nuestros textos y, en definitiva, en nuestra forma de comprender el mundo. Y ello solo fue posible gracias al trabajo colectivo que marcó todo el recorrido de esta investigación entre Brasil y Chile.

Por ello, resulta imprescindible señalar que el trabajo desarrollado en la Universidad de Chile, desde la elaboración del proyecto de estancia doctoral, la definición de los descriptores, las búsquedas —entre aciertos y errores— en las bases de datos, hasta los análisis, la categorización, las conclusiones y sus desdoblamientos, fue conducido de manera íntegramente colectiva, mediante intercambios permanentes y revisiones grupales, en un proceso profundamente colaborativo y reflexivo. Mi agradecimiento al Grupo de Investigación en Privatización de la Educación (GIPE) se extiende cada vez que tenga la oportunidad de reconocer este trabajo.

Antes de concluir, estimada lectora y estimado lector, quisiera advertir que este texto contiene una cantidad considerable de cuadros, elaborados con el propósito de sistematizar al máximo la información recopilada. Mi deseo de ser clara quizá me haya llevado, en ocasiones, a ser prolija y, por ello, ofrecer esta disculpa constituye el primer acto de esta tesis. Espero que mi empeño por compartir todo aquello que encontré a lo largo del recorrido investigativo no desanime la continuidad de la lectura.

Asimismo, incorporé a lo largo de la tesis descripciones textuales de gráficos y otros elementos visuales, como una forma de ampliar las posibilidades de acceso y lectura, esperando con ello extender mi compromiso con el diálogo y con las diferentes formas de acceso al conocimiento. Sin más, gracias.

Andresa Cóstola, 19 de mayo de 2026.

RESUMO

Essa tese pretende contribuir com os estudos sobre privatização da política educacional, a qual também é referida em algumas investigações como governança corporativa. Nos pautamos nas análises de Ball e Youdell (2007) sobre essa forma de privatização e nas investigações realizadas pela Campaña Latinoamericana por el Derecho a la Educación – CLADE (2014). A escolha por analisar essa face da privatização decorre da escassez de investigações sobre essa temática na América Latina, ainda concentradas em países anglo-saxões (Fontdevila, Verger, Avelar, 2019). Caracava, et al. (2021) e Cóstola (2021), destacam que a incisiva intervenção do setor privado no ambiente público tem atuado como influenciador e como ator que, crescentemente, participa do processo de formulação de políticas e construção de demandas para a agenda educacional. Desse modo, essa pesquisa busca compreender como se configura e se identifica a privatização da política educacional, tomando como estratégia empírica o Estado do Espírito Santo e, nele, a atuação da Fundação Itaú Social (FIS), Fundação Lemann (FL) e Instituto Unibanco (IU), atores privados mais recorrentes na educação estadual, segundo mapeamentos anteriores (Garcia, 2021; Cóstola 2021). Para isso, analisamos os discursos produzidos por essas organizações, os sujeitos a elas vinculados e sua atuação na educacional capixaba. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, fundamentada em estudo documental e bibliográfico, inspirada na Análise de Discurso (AD) como referencial teórico-metodológico. O estudo documental concentrou-se no site da Secretaria Estadual de Educação do Espírito Santo e nas plataformas oficiais dos atores investigados. A revisão bibliográfica foi realizada nas bases Scielo, Scopus e Web of Science, buscando aportes teórico-metodológicos para compreender a privatização da política educacional em processos observados inicialmente no Brasil e posteriormente na América Latina. Os resultados evidenciam que a privatização da política educacional não se materializa apenas pela atuação desse segmento como agente externo que influencia decisões tomadas por outros sujeitos, mas pela constituição de capacidades de direcionamento da política. Essa incidência se manifesta na produção de conhecimento/diagnósticos, na construção de consensos, na formação de lideranças, na articulação de redes e na participação em espaços de definição das agendas educacionais. O caso do Espírito Santo evidencia que determinados atores privados não apenas participam do debate educacional, mas tornam-se capazes de conduzi-lo. Mais do que a implementação de programas específicos, observa-se a incorporação de práticas e metodologias que

passaram a integrar a dinâmica institucional da rede estadual. Nesses casos, parece insuficiente afirmar que existe apenas influência sobre a política, visto que os dados sugerem um processo mais profundo de direcionamento da ação estatal. Assim, conclui-se que a privatização da política educacional se configura pela crescente capacidade de determinados atores privados de participar da definição dos problemas, das prioridades e da condução da educação pública, mesmo sem ocuparem formalmente o aparelho estatal.

Palavras-chave: Governança Corporativa; Privatização na educação; Educação Básica no Brasil; América Latina e Caribe.

ABSTRACT

This thesis seeks to contribute to studies on the privatization of educational policy, which is also referred to in some studies as corporate governance. It is grounded in the analyses of Ball and Youdell (2007) on this form of privatization and in the investigations carried out by the Campaña Latinoamericana por el Derecho a la Educación (CLADE, 2014). The decision to examine this dimension of privatization stems from the scarcity of studies on this topic in Latin America, where research remains largely concentrated in Anglo-Saxon countries (Fontdevila, Verger, Avelar, 2019). Furthermore, Caracava et al. (2021) and Cóstola (2021) argue that the growing intervention of the private sector in the public sphere has operated both as an external influence and as an actor that increasingly participates in policy formulation and in shaping educational agendas. Thus, this study seeks to understand how the privatization of educational policy is identified and configured, taking as its empirical strategy the state of Espírito Santo and, within it, the activities of Fundação Itaú Social (FIS), Fundação Lemann (FL), and Instituto Unibanco (IU), the private actors most frequently identified in state education according to previous mappings (Garcia, 2021; Cóstola, 2021). To this end, it analyzes the discourses produced by these organizations, the individuals associated with them, and their role in the educational policy of Espírito Santo. This is a qualitative study, based on documentary and bibliographic research, inspired by Discourse Analysis (DA) as its theoretical and methodological framework. The documentary research focused on the website of the Espírito Santo State Department of Education and on the official platforms of the actors under investigation. The literature review was conducted using the SciELO, Scopus, and Web of Science databases, seeking theoretical and methodological contributions to understand the privatization of educational policy in processes initially observed in Brazil and subsequently across Latin America. The findings show that the privatization of educational policy is not materialized solely through the action of this segment as an external agent influencing decisions made by others, but through the constitution of political steering capacities. This influence is manifested in the production of knowledge and diagnoses, the construction of consensus, the training of leaders, the articulation of networks, and participation in spaces where educational agendas are defined. The case of Espírito Santo demonstrates that certain private actors not only participate in educational debates but also become capable of steering them. More than the implementation of specific programs, the findings reveal the incorporation of practices and methodologies

that have become part of the institutional dynamics of the state education system. In such cases, it seems insufficient to argue that there is merely an influence on educational policy, since the evidence suggests a deeper process of directing state action. Thus, it is concluded that the privatization of educational policy is configured through the growing capacity of certain private actors to participate in defining educational problems, priorities, and the conduct of public education, even without formally occupying the state apparatus.

Keywords: Corporate Governance; Privatization in Education; Basic Education in Brazil; Latin America and Caribbean.

Title: Privatization of Education Policy: the permeability of the public with a focus on the State Department of Education of Espírito Santo – Brazil

RESUMEN

Esta tesis pretende contribuir a los estudios sobre la privatización de la política educativa, también referida en algunas investigaciones como gobernanza corporativa. Nos basamos en los análisis de Ball y Youdell (2007) sobre esta forma de privatización y en las investigaciones realizadas por la Campaña Latinoamericana por el Derecho a la Educación – CLADE (2014). La elección de analizar esta faceta de la privatización deriva de la escasez de investigaciones sobre esta temática en América Latina, aún concentradas en países anglosajones (Fontdevila, Verger, Avelar, 2019). Caracava et al. (2021) y Cóstola (2021) destacan que la incisiva intervención del sector privado en el ámbito público ha actuado como influencia y como actor que, de manera creciente, participa en el proceso de formulación de políticas y construcción de demandas para la agenda educativa. De este modo, esta investigación busca comprender cómo se configura y se identifica la privatización de la política educativa, tomando como estrategia empírica el Estado de Espírito Santo y, en él, la actuación de la Fundação Itaú Social (FIS), la Fundação Lemann (FL) y el Instituto Unibanco (IU), actores privados más recurrentes en la educación estadual, según mapeos anteriores (Garcia, 2021; Cóstola, 2021). Para ello, analiza los discursos producidos por estas organizaciones, los sujetos vinculados a ellas y su actuación en la educación capixaba. Se trata de una investigación cualitativa, fundamentada en un estudio documental y bibliográfico, inspirada en el Análisis del Discurso (AD) como referente teórico-metodológico. El estudio documental se concentró en el sitio web de la Secretaría Estadual de Educación de Espírito Santo y en las plataformas oficiales de los actores investigados. La revisión bibliográfica se realizó en las bases SciELO, Scopus y Web of Science, buscando aportes teórico-metodológicos para comprender la privatización de la política educativa en procesos observados inicialmente en Brasil y, posteriormente, en América Latina. Los resultados evidencian que la privatización de la política educativa no se materializa únicamente por la actuación de este segmento como agente externo que influye en decisiones tomadas por otros sujetos, sino por la constitución de capacidades de dirección política. Esta incidencia se manifiesta en la producción de conocimiento/diagnósticos, en la construcción de consensos, en la formación de liderazgos, en la articulación de redes y en la participación en espacios de definición de las agendas educativas. El caso de Espírito Santo evidencia que determinados actores privados no solo participan en el debate educativo, sino que se vuelven capaces de conducirlo. Más que la implementación de programas específicos, se

observa la incorporación de prácticas y metodologías que pasaron a integrar la dinámica institucional de la red estadual. En estos casos, parece insuficiente afirmar que existe apenas influencia sobre la política, dado que los datos sugieren un proceso más profundo de direccionamiento de la acción estatal. Así, se concluye que la privatización de la política educativa se configura por la creciente capacidad de determinados actores privados para participar en la definición de los problemas, las prioridades y la conducción de la educación pública, aun sin ocupar formalmente el aparato estatal.

Palabras clave: Gobernanza Corporativa; Privatización en la educación; Educación Básica en Brasil; América Latina y Caribe.

Título: Privatización de la política educativa: la permeabilidad de lo público en una mirada sobre la Secretaría Estatal de Educación de Espírito Santo – Brasil

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Eixos e fluxo de análise dos capítulos 5 e 6 31
Figura 2 - Página inicial do site da Fundação Itaú e seu slogan. 72
Figura 3 - Página inicial do site da Fundação Lemann e seu slogan. 111
Figura 4 - Fundação Lemann: Como atuamos - Educação Pública 112
Figura 5 - Fundação Lemann: Como atuamos - Lideranças 114
Figura 6- Dados de alcance e parcerias do programa Educar pra Valer 130
Figura 7 - Dados de alcance e parcerias do programa Escolas Criativas 131
Figura 8 - Dados de alcance e parcerias do programa PARC 132
Figura 9 - Dados de alcance e parcerias do programa Formar 133
Figura 10 - Dados de alcance e parcerias do programa Plantar Educação 134
Figura 11 - Página inicial do site do Instituto Unibanco. 160
Figura 12 - Quantidade de pesquisas identificadas por ano de publicação nos sites institucionais da Fundação Itaú, Fundação Lemann e Instituto Unibanco 215
Figura 13 - Eixos de incidência por ator. 229
Figura 14 - Atores envolvidos com programas, reuniões/seminários e assessorias identificados no mapeamento no site da Sedu. 231
Figura 15 - Recortes de notícias retiradas do site da SEDU sobre a Olimpíada de Língua Portuguesa, datados de 26 de abril de 2019 e 08 e 29 de julho de 2019. 245
Figura 16 - Rede de atores envolvidos com os programas identificados no mapeamento. 248
Figura 17 - Elos relacionais dos atores foco da investigação e seus parceiros institucionais 251
Figura 18 - Recorte de notícia retirado do site da SEDU, datado de 12 de março de 2020. 261
Figura 19 – Rede de atores envolvidos nas reuniões seminários identificados no mapeamento. 263
Figura 20 - Síntese dos principais objetivos das ações mapeadas identificados por eixo. 276
Figura 21 - Ejes y flujo de análisis de los capítulos 5 y 6. 308
Figura 22 - Página de inicio del sitio web de la Fundação Itaú y su eslogan. 350
Figura 23 - Página de inicio del sitio web de la Fundação Lemann y su eslogan. 391
Figura 24 - Fundação Lemann: Cómo actuamos - Educación Pública 392
Figura 25 - Fundação Lemann: Como actuamos - Liderazgo 394
Figura 26 - Datos de alcance y alianzas del programa Educar pra Valer. 410
Figura 27 - Datos de alcance y alianzas del programa Escolas Criativas 411
Figura 28 - Datos de alcance y alianzas del programa PARC. 412
Figura 29 - Datos de alcance y alianzas del programa Formar. 413
Figura 30 - Datos de alcance y alianzas del programa Plantar Educação. 414
Figura 31 - Página inicial del sitio web del Instituto Unibanco. 441
Figura 32 - Cantidad de investigaciones identificadas por año de publicación en los sitios institucionales de la Fundação Itaú, la Fundação Lemann y el Instituto Unibanco. 499
Figura 33 - Ejes de incidencia por actor. 515

Figura 34 - Actores involucrados en programas, reuniones/seminarios y asesorías identificados en el mapeo realizado en el sitio web de la Sedu. 517
Figura 35 - Fragmentos de noticias extraídos del sitio web de la SEDU sobre la Olimpíada de Língua Portuguesa, con fechas del 26 de abril de 2019 y del 8 y 29 de julio de 2019. 532
Figura 36 - Red de actores involucrados en los programas identificados en el mapeo. 535
Figura 37 - Vínculos relacionales de los actores centrales de la investigación y sus socios institucionales 538
Figura 38 - Fragmento de una noticia extraída del sitio web de la SEDU, con fecha del 12 de marzo de 2020. 549
Figura 39 – Red de actores involucrados en las reuniones y seminarios identificados en el mapeo. 551
Figura 40 - Síntesis de los principales objetivos de las acciones mapeadas identificadas por eje. 565

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Grupos semânticos da pesquisa bibliográfica nacional 26
Quadro 2 - Estratégias de busca utilizadas na pesquisa bibliográfica nacional em bases de dados 26
Quadro 3 - Grupos semânticos da pesquisa bibliográfica na América Latina e Caribe 28
Quadro 4 - Estratégias de busca do levantamento de produções da América Latina e Caribe em banco de dados 28
Quadro 5 - Sistematização dos resultados obtidos no site da Secretaria Estadual de Educação do ES por ator privado 29
Quadro 6 - Buscas nos sites dos atores privados 30
Quadro 7 - Síntese dos procedimentos e recortes da investigação 31
Quadro 8 - Sujeitos individuais (pessoas) vinculados a Fundação Itaú, com base em informações do site oficial. 77
Quadro 9 - Sujeitos coletivos (instituições) vinculados à Fundação Itaú, com base em informações do site oficial. 78
Quadro 10 - Programas ofertados ou com apoio da Fundação Itaú, com base em informações do site oficial. 84
Quadro 11 - Áreas de atuação dos programas da Fundação Itaú 90
Quadro 12 - Pesquisas diagnósticas elaboradas pela Fundação Itaú ou com seu apoio, segundo informações do site oficial. 94
Quadro 13 – Biblioteca Itaú: temas centrais e documentos relacionados 108
Quadro 14 – Programas e pesquisas da Fundação Itaú: alinhamento estratégico entre prática e evidência 109
Quadro 15 - Sujeitos individuais (pessoas) vinculados a Fundação Lemann, com base em informações do site oficial. 119
Quadro 16 - Sujeitos coletivos (instituições) vinculados à Fundação Lemann, com base em informações do site oficial. 121
Quadro 17 - Programas ofertados ou com apoio da Fundação Lemann, com base em informações do site oficial. 126
Quadro 18 - Área de atuação dos programas – eixos 129
Quadro 19 - Pesquisas diagnósticas elaboradas pela Fundação Lemann ou com seu apoio, segundo informações do site oficial. 136
Quadro 20 – Programas e Pesquisas da Fundação Lemann: alinhamento estratégico entre prática e evidência 158
Quadro 21 - Sujeitos individuais (pessoas) vinculados ao Instituto Unibanco, com base em informações do site oficial 166
Quadro 22 - Sujeitos coletivos (instituições) vinculados ao Instituto Unibanco, com base em informações do site oficial 168
Quadro 23 - Programas ofertados ou com apoio do Instituto Unibanco, com base em informações do site oficial. 173
Quadro 24 - Áreas de atuação dos programas do Instituto Unibanco 175
Quadro 25 - Pesquisas diagnósticas elaboradas pelo Instituto Unibanco ou com seu apoio, segundo informações do site oficial. 180
Quadro 26 – Programas e Pesquisas do Instituto Unibanco: alinhamento estratégico entre prática e evidência 206
Quadro 27 - Sistematização dos dados em conjunto - Fundação Itaú, Fundação Lemann e Instituto Unibanco 208

Quadro 28 - Convergências institucionais entre Fundação Itaú, Fundação Lemann e Instituto Unibanco. 221
Quadro 29 - Governadores do Espírito Santo no século XXI por nome e afiliação partidária 224
Quadro 30 - Instituições escolares do Espírito Santo por dependência e categoria administrativa 225
Quadro 31 - Formação Docente por Etapa de Ensino – Espírito Santo (2019)..... 225
Quadro 32 - Atuação dos três atores de maior destaque no Estado, segundo dados da fonte pública (Sedu) – eixo programas. 232
Quadro 33 – Programas ofertadas à Sedu pelos atores privados foco da investigação. 239
Quadro 34 - Atuação dos três atores de maior destaque no Estado, segundo dados da fonte pública (Sedu) – eixo reunião/seminário..... 252
Quadro 35 - Reuniões e seminários com participação e/ou oferecimento dos atores privados foco da investigação..... 257
Quadro 36 - Eixos de atuação segundo análise dos objetivos das reuniões e seminários. . 258
Quadro 37 - Atuação dos três atores de maior destaque no Estado, segundo dados da fonte pública (Sedu) – eixo assessoria 266
Quadro 38 - Assessorias ofertadas à Sedu pelos atores privados foco da investigação. 268
Quadro 39 - Grupos semánticos de la investigación bibliográfica nacional. 303
Quadro 40 - Estrategias de búsqueda utilizadas en la investigación bibliográfica nacional en bases de datos. 303
Quadro 41 - Grupos semánticos de la investigación bibliográfica en América Latina y el Caribe..... 304
Quadro 42 - Estrategias de búsqueda del relevamiento de producciones de América Latina y el Caribe en bases de datos. 305
Quadro 43 - Sistematización de los resultados obtenidos en el sitio web de la Secretaria Estadual de Educação do ES por actor privado..... 306
Quadro 44 - Búsquedas en los sitios web de los actores privados. 307
Quadro 45 - Sujetos individuales (personas) vinculados a la Fundação Itaú, con base en información del sitio web oficial. 355
Quadro 46 - Sujetos colectivos (instituciones) vinculados a la Fundação Itaú, con base en información del sitio web oficial. 356
Quadro 47 - Programas ofrecidos o apoyados por la Fundação Itaú, con base en información del sitio web oficial. 362
Quadro 48 - Áreas de actuación de los programas de la Fundação Itaú. 368
Quadro 49 - Biblioteca Itaú: temas centrales y documentos relacionados. 388
Quadro 50 - Programas e investigaciones de la Fundação Itaú: alineación estratégica entre práctica y evidencia 389
Quadro 51 - Sujetos individuales (personas) vinculados a la Fundação Lemann, con base en información del sitio web oficial. 400
Quadro 52 - Sujetos colectivos (instituciones) vinculados a la Fundação Lemann, con base en información del sitio web oficial. 401
Quadro 53 - Programas ofrecidos o apoyados por la Fundação Lemann, con base en información del sitio web oficial. 406
Quadro 54 - Área de actuación de los programas – ejes. 409
Quadro 55 - Investigaciones diagnósticas elaboradas por la Fundação Lemann o con su apoyo, según información del sitio web oficial. 416
Quadro 56 – Programas e Investigaciones de la Fundação Lemann: alineación estratégica entre práctica y evidencia..... 439

Quadro 57 - Sujetos individuales (personas) vinculados al Instituto Unibanco, con base en información del sitio oficial. 448
Quadro 58 - Sujetos colectivos (instituciones) vinculados al Instituto Unibanco, con base en información del sitio oficial. 450
Quadro 59 - Programas ofrecidos o apoyados por el Instituto Unibanco, con base en información del sitio web oficial. 455
Quadro 60 - Áreas de actuación de los programas del Instituto Unibanco 458
Quadro 61 Investigaciones diagnósticas elaboradas por el Instituto Unibanco o con su apoyo, según información del sitio web oficial. 463
Quadro 62 – Programas e Investigaciones del Instituto Unibanco: alineación estratégica entre práctica y evidencia 490
Quadro 63 - Sistematización conjunta de los datos - Fundação Itaú, Fundação Lemann e Instituto Unibanco..... 492
Quadro 64 - Convergencias institucionales entre la Fundação Itaú, la Fundação Lemann y el Instituto Unibanco..... 505
Quadro 65 - Gobernadores de Espírito Santo en el siglo XXI, por nombre y afiliación partidaria..... 509
Quadro 66 - Instituciones escolares de Espírito Santo, por dependencia y categoría administrativa 510
Quadro 67 - Formación docente por nivel educativo – Espírito Santo (2019)..... 511
Quadro 68 - Atuação dos três atores de maior destaque no Estado, segundo dados da fonte pública (Sedu) – eixo programas. 518
Quadro 69 – Programas ofrecidos a la Sedu por los actores privados objeto de la investigación. 525
Quadro 70 - Actuación de los tres actores de mayor relevancia en el Estado, según datos de la fuente pública (Sedu): eje reuniones/seminarios. 539
Quadro 71 - Reuniones y seminarios con participación y/o realización de los actores privados centrales de la investigación 545
Quadro 72 - Ejes de actuación según el análisis de los objetivos de las reuniones y seminarios 546
Quadro 73 - Atuação dos três atores de maior destaque no Estado, segundo dados da fonte pública (Sedu) – eixo assessoria 555
Quadro 74 - Asesorías ofrecidas a la Sedu por los actores privados centrales de la investigación. 557
Quadro 75 - Atores e seus programas ofertados à rede estadual do Espírito Santo (2005 – 2019). 605
Quadro 76 – Referências sobre a influência do setor privado na política educacional identificadas na revisão sistemática da literatura da América Latina e do Caribe (2014–2024) 615
Quadro 77 – Materiais disponibilizados na aba Biblioteca da Fundação Itaú..... 617
Quadro 78 - Prompt da tradução do português para o espanhol acadêmico..... 620

LISTA DE ABREVIATURAS

AD	Análise do discurso
ADE	Arranjo de Desenvolvimento da Educação
ALC	América Latina e Caribe
ANA	Avaliação Nacional da Alfabetização
APE	Associação Parceiros pela Educação
APHE	Aparelhos Privados de Hegemonia Empresariais
AVA	Ambiente Virtual de Aprendizagem
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAED	Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBVE	Conselho Brasileiro de Voluntariado Empresarial
CDG	Circuito de Gestão
CEATS	Centro de Empreendedorismo Socioambiental e Administração em Terceiro Setor da USP
CEDAC	Comunidade Educativa
CEDCA	Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
CEE	Conselho Estadual de Educação
CEERT	Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades
CEFOPE	Centro de Formação dos Profissionais da Educação do Espírito Santo
CEIPE/FGV	Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais da Fundação Getúlio Vargas
CENPEC	Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária
CIEB	Centro de inovação para a educação brasileira
CIEDS	Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável
CLADE	Campanha Latino-Americana pelo Direito à Educação
CLAVE	Conselho Latino-Americano de Voluntariado Empresarial
CLP	Centro de Liderança Pública
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNRH	Conselho Nacional de Recursos Hídricos do IPEA
CODINORP	Consórcio de Desenvolvimento e Inovação do Norte do Paraná
COMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
COMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
CONGEMAS	Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social
CONSED	Conselho Nacional de Secretários de Educação
CPRE	Consortium for Policy Research in Education
CSHG	Instituto Credit Suisse Hedging-Griffo
EAD	Educação à Distância

EBAPE	Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas
EF	Ensino Fundamental
EI	Educação Infantil
EM	Ensino Médio
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EPV	Educar pra Valer
ES	Espírito Santo
FASFIL	Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos
FCNEM	Frente de Currículo e Novo Ensino Médio
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FIS	Fundação Itaú Social
FL	Fundação Lemann
FL	Fundação Lemann
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNDAP	Fundação de Desenvolvimento Administrativo
GEPR	Gestão Escolar para Resultados
GIPE	Grupo de Investigación en Privatización de la Educación
GREPPE	Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional
IA	Inteligência Artificial
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICE	Instituto de Corresponsabilidade pela Educação
IDEB	- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDEBES	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica do Espírito Santo
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IEDE	Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional
IMPA	Instituto de Matemática Pura e Aplicada
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INSPER	Instituto de Ensino e Pesquisa
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPR	Instituto de políticas relacionais
IU	Instituto Unibanco
JEDUCA	Associação de Jornalistas de Educação
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MBNC	Movimento Todos pela Base
MEC	Ministério da Educação
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OEI	Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura
OLP	Olimpíada de Língua Portuguesa
ONG	Organização não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OSC	Organização da sociedade civil
PAEBES	Programa de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo

PAES	Pacto pela Aprendizagem no Espírito Santo
PARC	Parceria pela Alfabetização em Regime de Colaboração
PDCA	Plan, Do, Check, Act
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PDRAE	Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado
PEF	Programa Escrevendo o futuro
PEI	Programa de Ensino Integral
PISA	Programa Internacional de Avaliação de Estudantes
PJF	Programa Jovem de Futuro
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNE	Plano Nacional de Educação
PPP	Parceria Público-Privada
PROEMI	Programa Ensino Médio Inovador
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
REDUCA	Rede Latinoamericana de Organizações da Sociedade Civil para a Educação
RELAAPPE	Rede Latino-Americana e Africana de Pesquisadores em Privatização da Educação
REM	Reforma do Ensino Médio
RNBC	Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias
SAE	Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência
SAEB	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
SECAD	Secretário Nacional de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SEDU	Secretaria de Estado de Educação do Espírito Santo
SEE PE	Secretaria de Esportes e Educação de Pernambuco
SEED/PR	Secretaria Estadual de Educação do Estado
SEES	Secretaria de Estado do Esporte do Paraná
SERPRO	Serviço Federal de Processamento de Dados
SESC	Serviço Social do Comércio
SGP	Sistema de Gestão de Projetos
SMAR	Sistema de Monitoramento e Avaliação de Resultados
TPE	Todos pela Educação
UNCME	União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação
UNDIME	União dos Dirigentes Municipais de Educação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

PARTE I – VERSÃO EM PORTUGUÊS 11
1. INTRODUÇÃO 11
2. MÉTODOS E INSTRUMENTOS 21
2.1. A abordagem qualitativa 21
2.2. Análise documental 22
2.3. Contribuições da Análise do Discurso como lente de interpretação 23
2.4. Procedimentos para a revisão da literatura 26
2.5. Procedimentos da investigação documental 28
3. NEOLIBERALISMO E OS NOVOS CONTORNOS DAS RELAÇÕES PÚBLICO-PRIVADAS 32
3.1. Crises do capitalismo e suas estratégias 32
3.2. As metamorfoses do neoliberalismo 36
4. ESTADO, GOVERNANÇA E GOVERNANÇA CORPORATIVA: DEBATES NECESSÁRIOS PARA O ENTENDIMENTO DA PRIVATIZAÇÃO DA POLÍTICA 43
4.1. O conceito de governança 49
4.2. A privatização da política educacional 55
4.3. Síntese da seção 66
5. ATUAÇÃO DOS ATORES PRIVADOS NA EDUCAÇÃO PÚBLICA: SUJEITOS, PROGRAMAS E PESQUISAS 70
5.1. Fundação Itaú: "Todo brasileiro com arte, cultura e educação" 70
5.2. Fundação Lemann: "Por um Brasil que acredita nas pessoas. Por pessoas que acreditam no Brasil" 110
5.3. Instituto Unibanco: "gestão educacional para o avanço contínuo" 159
5.4. Síntese da seção 208
6. INSTITUCIONALIZAÇÃO DISFARÇADA: OS ATORES PRIVADOS NA SEDU 223
6.1. Espírito Santo: breve caracterização socioeconômica e educacional 223
6.2. Dados retirados de fonte pública: As raízes do setor privado na SEDU 229
6.2.1. Análise do eixo "Programas" 232
6.2.2. Análise do eixo "Reuniões e seminários" 252
6.2.3. Análise do eixo "Assessorias" 266
6.2.4. Análise do eixo "Outros" 273
6.3. Sistematização dos eixos mapeados e seus principais resultados 275
6.4 Articulação e discussão dos resultados 276

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS 280
PARTE II – VERSIÓN EN ESPAÑOL 287
1. INTRODUCCIÓN 287
2. MÉTODOS E INSTRUMENTOS 297
2.1 El enfoque cualitativo 297
2.2 Análisis documental 298
2.3 Aportes del Análisis del Discurso como lente de interpretación 300
2.4 Procedimientos para la revisión de la literatura 302
2.5 Procedimientos de la investigación documental 305
3. NEOLIBERALISMO Y LOS NUEVOS CONTORNOS DE LAS RELACIONES PÚBLICO-PRIVADAS 309
3.1 Crisis del capitalismo y sus estrategias 309
3.2 Las metamorfosis del neoliberalismo 313
4. ESTADO, GOBERNANZA Y GOBERNANZA CORPORATIVA: DEBATES NECESARIOS PARA LA COMPRENSIÓN DE LA PRIVATIZACIÓN DE LA POLÍTICA 320
4.1 El concepto de gobernanza 327
4.2 La privatización de la política educativa 332
4.3 Síntesis de la sección 344
5. ACTUACIÓN DE LOS ACTORES PRIVADOS EN LA EDUCACIÓN PÚBLICA: SUJETOS, PROGRAMAS E INVESTIGACIONES 348
5.1 Fundação Itaú: "Todo brasileño con arte, cultura y educación" 348
5.2 Fundação Lemann: "Por un Brasil que cree en las personas. Por personas que creen en Brasil" 390
5.3 Instituto Unibanco: "gestión educativa para el avance contínuo" 440
5.4 Síntesis de la sección 491
6. INSTITUCIONALIZACIÓN DISFRAZADA: LOS ACTORES PRIVADOS EN LA SEDU 508
6.1 Espírito Santo: breve caracterización socioeconómica y educativa 508
6.2 Datos obtenidos de fuente pública: las raíces del sector privado en la SEDU ... 514
6.2.1 Análisis del eje "Programas" 518
6.2.2 Análisis del eje "Reuniones y seminarios" 539
6.2.3 Análisis del eje "Asesorías" 555
6.2.4 Análisis del eje "Otros" 562
6.3 Síntesis de la sección 564
6.4 Articulación y discusión de los resultados 565
7. CONSIDERACIONES FINALES 569

REFERÊNCIAS / REFERENCIALES 576

Apêndices A – Atores e seus programas ofertados à rede estadual do Espírito Santo (2005 – 2019). 605

Apêndice B – Lista de referências identificadas com a revisão bibliográfica nacional 607

Apêndice C – Lista de referências selecionadas com a revisão sistemática da literatura na América Latina e no Caribe (2014-2024) 609

Apêndice D – Referências sobre a influência do setor privado na política educacional identificadas na revisão sistemática da literatura da América Latina e do Caribe (2014–2024) 615

Apêndice E – Materiais disponibilizados na aba Biblioteca da Fundação Itaú 617

Apêndice F – Prompt utilizado para a tradução do português para o espanhol acadêmico 620

PARTE I – VERSÃO EM PORTUGUÊS

1. INTRODUÇÃO

A educação, em diferentes contextos históricos e sociais, constitui-se em um campo atravessado por disputas políticas, econômicas e epistemológicas. Na contemporaneidade, tais disputas encontram-se em um cenário marcado pela intensificação de políticas educacionais globais, cujos efeitos são particularmente intensos nos países periféricos (Pasini, Cossetin, Dolla, 2024), como é o caso do Sul Global. Isso se relaciona à posição destes na lógica capitalista mundial; às suas condições socioeconômicas, que muitas vezes resultam em uma dependência significativa de financiamento externo; e ao histórico de colonização do saber produzido a partir do Norte Global (Silva; Oliveira, 2020).

Nesse contexto, ainda que assuma distintas formas, presenciamos a ascensão de discursos e práticas de privatização da educação em escala internacional:

> O fenômeno da privatização da educação é multifacetado e contingente, uma vez que varia conforme o contexto em que ocorre, sendo caracterizado como processo de transformação social, não apenas de reforma. Há um consenso global, nos círculos acadêmicos e políticos, de que esse fenômeno está se expandindo internacionalmente (Silva; Oliveira, 2020, p. 5).

Esse processo de privatização é impulsionado por diferentes atores e tem se expandido de forma mais cruel especialmente nos países socioeconomicamente frágeis. Entretanto, esse movimento não ocorre de forma passiva.

> [...] a expansão que a indústria da educação vem experimentando em muitos pontos do planeta está longe de ser incontestada [...] A privatização e a mercantilização da educação, apesar de seus poderosos promotores, configuram um terreno altamente contestado, que enfrenta numerosos obstáculos e fontes de resistência em muitos lugares e, por isso, desenvolve-se por meio de dinâmicas de avanços e recuos[1] (Verger, Steiner-Khamsi, Lubienski, 2017, p. 337).

No Sul Global identificam-se movimentos sociais e acadêmicos que exercem forte resistência e constroem obstáculos a esses processos, como é o caso da Rede Latino-

[1] **No original**: the expansion that the education industry is experiencing in many points of the planet is far from uncontested [...] Education privatisation and marketisation, despite their powerful promoters, configure a very contested terrain that meets numerous obstacles and sources of resistance in many places and, accordingly, develops through back and forward dynamics.

Americana e Africana de Pesquisadores em Privatização da Educação (ReLAAPPe), que surge por iniciativa do Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional (GREPPE), para reunir pesquisadores(as) da América Latina e África em prol do fortalecimento do diálogo, reflexão e estratégias comuns de resistência aos processos e efeitos da privatização da educação.

Considerando a complexidade e a variedade de formas assumidas por esse processo, faz-se necessário explicitar o sentido de privatização adotado nesta tese. Tomamos como referência a definição de Belfield e Levin (2004, p. 17), que afirmam:

> O termo privatização é uma designação genérica de vários programas e políticas educativas que podem ser globalmente definidos como "a transferência de atividades, provisão e responsabilidades do governo/instituições e organizações públicas para indivíduos e organizações privadas". Muitas vezes a privatização é vista como uma "liberalização" – quando os agentes são libertados das regulações governamentais – e uma "mercantilização" – quando são criados novos mercados que proporcionam alternativas aos serviços do governo ou aos sistemas de distribuição estatal.

Na contemporaneidade, mais do que a transferência de responsabilidades, a privatização envolve uma certa reorganização das fronteiras público-privado e a produção e difusão de legitimidade para a atuação do setor privado no âmbito da educação.

Estudos indicam que a ideia de que o setor privado representaria, por natureza, maior eficiência, qualidade e capacidade de inovação na resolução dos problemas educacionais, decorre da expansão do modelo capitalista neoliberal e do interesse em explorar o potencial lucrativo do mercado educacional por meio da privatização. Trata-se de um movimento que se expande e ganha progressivamente mais espaço, gerando acirradas disputas entre as forças do público e do privado.

Embora essa disputa seja histórica, ela assume novos contornos na atualidade, à medida em que o setor privado passa a exercer presença cada vez mais significativa no setor público, impactando a formulação e implementação de políticas públicas, a construção de consensos em torno de metas a serem atingidas e a materialização de projetos e concepções de sociedade (Adrião, 2018a; Borghi, 2018b; Cóstola, 2021).

A atuação crescente do setor privado na educação, além de diversas pesquisas que indicam o fenômeno, foi evidenciada pela dissertação de mestrado realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), campus de Rio Claro, sob orientação da professora doutora Raquel Fontes Borghi. A pesquisa intitulada "*Onde tem base, tem movimento" empresarial:*

análise da atuação dos atores privados do Movimento Todos pela Base nas redes públicas estaduais da Região Sudeste", investigou a atuação de atores privados nas redes na região, obtendo resultados que evidenciaram como o setor privado tem adentrado o sistema público de ensino com facilidade, especialmente por meio de programas privatizadores do currículo. Esses programas incidem diretamente na construção e significação dos currículos, com implicações cada vez mais profundas para o conteúdo pedagógico e para a capacitação docente. Essa atuação, com preferência em agir na dimensão curricular, se configura como um movimento inicial para a consolidação do mercado educacional, facilitando sua inserção na gestão e na oferta educacional, uma vez que "o movimento privatista não se concentra apenas nos formatos de currículos propriamente, mas sob ele abre a possibilidade de atuação nas áreas de gestão e oferta" (Venco, Souza, 2021, p. 79).

Dada pesquisa foi desenvolvida no âmbito de investigações do GREPPE que, a mais de duas décadas analisa, em diferentes contextos, estratégias pelas quais a educação básica vem sendo privatizada. As pesquisas do grupo partem de três dimensões de análise da privatização da educação básica, consequente de estratégia metodológica que reconhece que a política educacional envolve a interconexão entre tais dimensões. Estas dimensões se estruturam a partir de diferentes estratégias da seguinte maneira:

> a) Currículo: produção/distribuição e adoção de material didático; propostas de capacitação de professores; sistemas privados de ensino; inserção nos projetos pedagógicos; atividades de enriquecimento curricular para além do obrigatório, insumos curriculares de toda natureza incluindo digital;
> b) Gestão: desenvolvimento de softwares /sistemas de gestão; capacitação de gestores; avaliação de professores e gestores; pactos/ compromissos definição de prioridades educativas; transferência gestão/ unidades para organizações privadas;
> c) Oferta: oferecimento de vagas; equipamentos; infraestrutura; cursos de línguas ou similares; bolsas de estudo; convênios e contratos para oferta de vagas (Adrião et al., 2018, s.p.).

Essa construção analítica deve ser compreendida como parte de um processo histórico, que vai sendo alterado e complexificado ao longo do tempo. Dado que o mapeamento longitudinal realizado pelo grupo evidencia a emergência de novos atores, a reconfiguração de formas de atuação anteriormente predominantes (como sistemas privados de ensino) e a introdução de novos mecanismos (como plataformas digitais), indicando a crescente complexificação dos processos de privatização da educação básica.

Com a pesquisa de mestrado identificamos um ponto de destaque na educação estadual do Espírito Santo, quando comparado com outros estados do sudeste. Observou-se que a educação capixaba é caracterizada pela atuação incisiva de atores privados na orientação da agenda educativa, especialmente através da participação em diversas reuniões que debatem os compromissos educacionais, juntamente com secretários municipais, estadual e outros profissionais da educação, trazendo suas demandas para esses espaços decisórios. Os dados indicaram o controle exercido por esses atores privados sobre o "núcleo duro" das escolas, nos fins e objetivos da educação pública do estado do Espírito Santo que, conforme a análise realizada, parecem estar, em parte, nas mãos do setor privado (Cóstola, 2021).

Consideramos esse envolvimento do setor privado como parte de estratégias que reestruturam a educação pública segundo a lógica e os parâmetros de mercado, contribuindo para a consolidação de um processo de privatização da educação sob a justificativa da eficiência e da qualidade empresarial (Freitas em entrevista à Bertagna, Almeida, 2024). Tal movimento ameaça o direito à educação, na medida em que reforça uma visão privatista fomentada por reformadores empresariais no interior das políticas públicas, tendência amplamente discutida e criticada por diferentes especialistas (Adrião, et al, 2016; Borghi, 2018; Cóstola; Borghi, 2018; Freitas, 2018; Cóstola; Borghi, 2023; Ravitch, 2011). Os efeitos dessa intervenção podem ser identificados na restrição da perspectiva de qualidade social da educação (Bertagna; Mello, 2020), na gestão democrática (Garcia, 2003; 2018; Peroni, 2012) na autonomia docente, na formação inicial e continuada de professores (Sarti, 2021; 2014) e gestores (Tamião, 2023) e nas construções coletivas dos currículos escolares (Cóstola, 2023; Borghi, 2021).

A atuação gradativa desses atores entendidos por nós como reformadores empresariais (Ravitch, 2011), tem provocado a transformação da educação pública em um setor empreendedor da economia, modificando o papel do Estado de gestor dos serviços públicos para um provedor de recursos (Freitas, 2018). Como analisa Peroni et al. (2019), embora o Estado continue sendo, em grande parte, responsável pelo acesso educacional, o conteúdo pedagógico, a formação de professores e gestores e os materiais utilizados no ambiente escolar estão cada vez mais determinados por instituições empresariais, que introduzem a lógica mercantil, focando nos resultados em detrimento do processo democrático.

Isto posto, a partir dos dados coletados na pesquisa anterior, articulados às informações presentes no banco de dados do GREPPE, foram mapeados 19 programas

no estado do Espírito Santo[2]. Os dados do GREPPE no caso capixaba, estão reunidos no capítulo de Garcia (2021), *"Privatização da Educação Básica: a rede estadual do Espírito Santo (2005-2018)",* publicado no livro *"Currículo, gestão e oferta da educação básica brasileira: incidência de atores privados nos sistemas estaduais das regiões Nordeste e Sudeste (2005-2018) – Vol. 3"*[3].

Dentre os 19 programas mapeados, destacaram-se **Fundação Itaú Social (FIS)**, **Fundação Lemann (FL)** e **Instituto Unibanco (IU),** em razão de sua recorrência em diferentes programas e de sua presença em mais de uma dimensão da privatização. Devido a isto, os consideramos, nesta pesquisa, como atores privados de maior relevância no cenário capixaba, constituindo o foco da análise desenvolvida neste estudo.

Os resultados da pesquisa de mestrado, juntamente com tantos outros estudos da área, evidenciaram que a atuação desses atores se estabelece como um processo complexo de privatização, com múltiplas formas e estratégias que reorganizam a educação pública. Ball e Youdell (2007) classificam essas ações como um processo dual, por meio da a) privatização endógena e da b) privatização exógena; intensificado, segundo a Campaña Latinoamericana por el Derecho a la Educación – CLADE[4] (2014), por um terceiro processo, a c) governança corporativa na política educacional. Este último é adotado pela CLADE em seu mapeamento de 2014 intitulado *"Mapeo sobre tendencias de la privatización de la educación en América Latina y el Caribe",* que utiliza como referência os estudos de Ball e Youdell (2007).

A **privatização endógena** é aquela relativa à importação de métodos, normas, regras, práticas e ideias gerencialistas, com o objetivo de tornar o público cada vez mais próximo de uma empresa. A **privatização exógena** se refere a abertura dos serviços públicos de educação por meio de acordos com o setor privado, permitindo e incentivando provedores privados a expandir suas atividades na educação. A **governança corporativa** na política educacional, que aparece nos estudos de Ball e Youdell (2007) como **privatização da política,** aponta a influência direta de empresas privadas na orientação de políticas públicas que regulam o setor educativo, se desenvolvendo como uma forma

[2] Quadro sistematizado com atores e seus programas ofertados à rede estadual do Espírito Santo (2005 – 2019) pode ser apreciado no apêndice A. Para melhor detalhamento acerca do mapeamento realizado no Estado, vide Garcia (2021) e Cóstola (2021).

[3] Para maior compreensão acerca das pesquisas de mapeamento longitudinal de política educacional ver Adrião, T., Borghi, R., Bertagna, R. Mapeamento da privatização da educação pública no brasil: contribuição metodológica aos estudos em Política educacional. Campinas, *Cadernos Cedes*, v. 45, 2025.

[4] Campanha Latinoamericana pelo Direito à Educação (CLADE). Nas menções seguintes utilizaremos apenas a sigla Clade.

de *lobby*[5], onde há estreitas ligações e mobilizações de poder entre empresas na busca do fortalecimento de seus interesses corporativos (Clade, 2014).

Está última forma de privatização não é indicada em Ball e Youdell (2007) como uma terceira vertente de privatização que se soma a endo e exoprivatização, como faz a Clade (2014), embora os autores destaquem sua importância. Para os primeiros, a privatização da política envolve a organização de segmentos do setor privado que influenciam a tomada de decisões por vias que ultrapassam os espaços legalmente estabelecidos. Em outras palavras, ultrapassam o espaço democrático de tomada de decisões, onde os cidadãos podem debater sobre a educação pública. Os autores a caracterizam como uma forma velada de privatização, pois ocorre nos discursos e nas relações interpessoais de atores ligados ao mercado educacional, ao mesmo tempo em que exercem forte influência nos espaços de decisão política sem transparência ou ampla participação pública. Dessa forma, esta tese busca contribuir com a discussão da privatização da política educacional que também é referida em estudos por outros termos.

Termos diversos são mobilizados pela literatura acadêmica para se referir ao fenômeno da intervenção do setor privado na condução, de diversas formas, da política educacional. Em concordância com Borghi (2022), entendemos que essas diferentes concepções podem intensificar as nebulosas fronteiras entre público e privado. A construção de conceitos não difere os objetivos do processo, que são a expansão e acumulação do capital e a disputa pela concepção de educação e sociedade. Nos posicionamos de acordo com Ball e Youdell (2007) e Borghi (2022), defendendo o uso do termo privatização da política e entendendo que a sua utilização não torna mais turvo e impreciso o processo privatista que ocorre na permeabilidade entre Estado e setor privado, que incide e atua na definição da política.

Ball e Youdell (2007) caracterizam essa forma de privatização como "acobertada", e o objetivo principal aqui é desvelar e expor essa influência, que vem ganhando cada vez mais espaço na esfera pública e no debate sobre políticas

[5] De acordo com o dicionário Michaelis de Língua Portuguesa, significa: Atividade de pressão por parte de um grupo organizado, a fim de exercer influência no voto de parlamentares, conforme determinados interesses; lobismo. "A palavra lobby tem sua origem na Inglaterra. O termo "lobbyist" foi empregado pela primeira vez naquele país para se referir à jornalistas que permaneciam nos saguões (lobbies) da Casa dos Comuns, esperando a oportunidade de entrevistar legisladores. O uso moderno da palavra, contudo, remonta aos Estados Unidos do século XIX. O ensaísta H.L.Mencken conta que no ano de 1829, na cidade de Albany, capital do Estado de Nova Iorque, caçadores de privilégio eram chamados de "lobby agents", ou agentes de saguão. Três anos depois o termo era abreviado para "lobbyists" e, em Washington, era empregado com frequência, mas como uma expressão de desdém. De lá para cá, o termo "pegou" passando a ser empregado não só na Inglaterra e nos Estados Unidos, como na maior parte das democracias" (Pereira Rodrigues, 2000, p.5, apud Breláz, 2007).

educacionais. Um exemplo recente dessa atuação, que pôde-se identificar com a pesquisa anterior, é a forte presença da Fundação Lemann, através do Movimento Todos pela Base (MBNC), na formulação da política da Base Nacional Comum Curricular no Brasil (Cóstola, Borghi, 2018; Tarlau, Moeller, 2020; Cóstola, 2021).

A escolha dessa análise como foco também se justifica pela escassez de investigações sobre o tema na América Latina, estando concentradas em países anglo-saxões, como apontam Fontdevila, Verger e Avelar (2019). Além disso, Silva e Oliveira (2020) destacam que a incisiva intervenção do setor privado no setor público, tem operado não apenas como influenciador, mas como ator inserido no processo de formulação de políticas e na construção de demandas para a agenda educacional, o que faz-se cada vez mais difusa a delimitação entre as esferas pública e privada na elaboração dessas políticas.

Desse modo, as perguntas que movem a investigação são: **Como se identifica e se configura a privatização da política educacional no caso estudado?** Ela ocorre pela atuação direta de atores privados no interior do Estado, por meio de seus representantes (sujeitos individuais); pela atuação indireta de atores privados (sujeitos coletivos), mediante a construção e reprodução de consensos, discursos e racionalidades que orientam a política educacional, ou pela combinação dessas formas de incidência?

Com isso, o objetivo geral consiste em **analisar os mecanismos pelos quais a atuação da Fundação Itaú, da Fundação Lemann e do Instituto Unibanco, no âmbito da educação pública do Espírito Santo e de suas relações com a Sedu, configura processos de privatização da política educacional e contribui para a constituição de capacidades privadas de direção política.** Atores privados mais atuantes na educação básica segundo mapeamentos anteriores (Garcia, 2021; Cóstola, 2021).

Os objetivos específicos estabelecidos são:

a. Mapear e dimensionar, a partir de revisão da literatura latino-americana, as abordagens teóricas e metodológicas mobilizadas nas investigações sobre a incidência do setor privado nas políticas educacionais;

b. Investigar os sujeitos individuais vinculados aos atores privados analisados, considerando suas possíveis inserções no interior do Estado por meio da ocupação de cargos públicos;

c. Investigar as tendências temáticas propagadas pelos atores privados identificados, analisando os discursos produzidos em seus programas e pesquisas divulgadas, bem como verificando se tais programas foram incorporados à política educacional;

d. Analisar a participação dos três atores privados na educação pública estadual, a partir do site da Secretaria Estadual de Educação do Espírito Santo (Sedu), com foco em sua presença em espaços de debate, articulação e decisão da agenda educacional, tais como reuniões, encontros e seminários promovidos pela Sedu ou com sua participação.

Por meio destes objetivos, espera-se trazer à luz o debate sobre essa face da privatização ao (a) interpretar as arenas discursivas nas quais a atuação desses atores privados se realiza, (b) identificar se os sujeitos individuais vinculados aos institutos e fundações investigados ocupam ou ocuparam cargos de influência no poder público, e (c) analisar em que medida suas agendas, discursos e formas de atuação contribuem para orientar as políticas públicas educacionais.

Olhamos para o Estado do Espírito Santo como estratégia empírica que contribui para a compreensão de como se manifesta a privatização da política educacional e quais os meios possíveis de identificá-la, visto que, muitas vezes, ela se dá de forma difusa, mas profunda. O caso capixaba e os atores aqui investigados são meios para entender um processo mais amplo, e não o fim em si mesmo, contribuindo para ampliar o entendimento dessa vertente de privatização.

Entendemos os espaços de debate público sobre a construção de políticas educacionais como *arenas discursivas*. Sob o entendimento de *arena* como a constituição de um espaço de disputa e de luta, e de natureza *discursiva* a despeito dos embates travados nesses espaços terem como matriz de tensão os valores de educação e sociedade, que são formulados por interpretações distintas de identidades, interesses, necessidades e visões de mundo de um certo grupo de pessoas.

A partir das análises espera-se evidenciar os efeitos desse processo privatista na educação pública, debatendo como ela tem sido afetada pela crescente incidência do setor privado, não apenas no oferecimento de serviços públicos, mas também pela influência nas normas legais que definem as pautas e agendas educacionais.

A atuação do setor privado na elaboração e na prestação de serviços de ordem pública reconfigura o espaço público segundo seus próprios moldes, alterando seu *modus operandi*. Estudiosos (Ball; Youdell, 2007; Adrião, et al., 2012; Peroni, 2016; Peroni; Caetano; Lima, 2017; Borghi, 2018; Cóstola, 2021; Borghi, 2022,) consideram esse movimento uma forma de privatização complexa, que impacta o direito à educação, ao

passo que o transforma em um serviço prestado a uma clientela, e não um direito a ser exercido por cidadãos. Esperamos contribuir com esses debates.

Para que se realize o proposto, essa pesquisa adota uma abordagem qualitativa (Bogdan; Biklen, 1994), estruturada a partir de um estudo documental (Shiroma, Campos, Garcia, 2005; Ludke; André, 1986; Cellard, 2008) e bibliográfico, inspirada na Análise de Discurso (Orlandi, 1999; Possenti, 2002; Pêcheux, 1990; 1990a). Os procedimentos foram conduzidos da seguinte maneira: **I) Estudo documental** – (a) buscas direcionadas no site da Secretaria Estadual de Educação do Espírito Santo, analisando ações, programas, eventos ou qualquer forma de participação dos atores privados previamente mapeados no estado; (b) análise dos conteúdos disponíveis nas plataformas oficiais dos atores investigados, com foco na identificação de programas, pesquisas e sujeitos (individuais e coletivos) vinculados às instituições; **II) Revisão da literatura especializada** – (a) busca direcionada no banco de dados Scielo para pesquisas sobre privatização e a incidência do setor privado na educação básica brasileira, com destaque para o Espírito Santo; (b) revisão sistemática nas bases de dados Scielo, Scopus e Web of Science, com o intuito de obter aportes teórico-metodológicos que possibilitassem maior entendimento sobre a identificação e a configuração da privatização da política educacional.

Espera-se ampliar os debates sobre como atores privados influenciam na definição da política educacional, compreendendo se a agenda que defendem se torna política pública ou se ocorre apenas na prática, por meio de contratos, convênios e outras estratégias de privatização. Visto que, o processo de privatização da política, como apontam Ball e Youdell (2007), ocorre nos discursos e nas relações interpessoais de pessoas ligadas ao mercado educativo e, de alguma forma, relacionadas com o setor público. Nessa mesma direção, Moimaz (2024) ao analisar os atores envolvidos com as reformas educacionais dos últimos 10 anos no Brasil, argumenta que:

> [...] organizações formulam materiais de formação e propaganda, têm representantes em instâncias de Estado e governo (como em Conselhos Estaduais de Educação e Conselho Nacional de Secretários de Educação), estabelecem parcerias com Secretarias Estaduais de Educação (Seduc), financiam encontros entre agentes do poder público e empresas etc. (Krawczyk, 2016). Portanto, a postura do empresariado nesta matéria não é secundária. As reformas em curso são resultado de suas elaborações, de modo que seus discursos se configuram como importantes objetos de pesquisa (idem, p. 4).

Para compreender a complexidade desse processo, é necessário investigar os pontos acima elencados. A pesquisa se estrutura em sete capítulos, incluindo essa introdução. O segundo capítulo descreve a metodologia e os procedimentos estipulados para cada etapa da pesquisa; nos baseamos em uma pesquisa qualitativa, com estudo documental e bibliográfico, fundamentado na Análise de Discurso. O terceiro capítulo trata das transformações do capitalismo, entendendo o neoliberalismo como sua forma atual de reprodução, a partir dessa perspectiva, discutimos os novos contornos da relação público-privado, com base na revisão da literatura. O quarto capítulo apresenta a discussão sobre os conceitos de governança, governança corporativa e privatização da política educacional, justificando nosso posicionamento quanto à escolha deste último termo, cuja problematização foi debatida de forma preliminar nesta introdução. O quinto capítulo apresenta o mapeamento realizado nas páginas oficiais da Fundação Itaú, da Fundação Lemann e do Instituto Unibanco. O sexto capítulo apresenta análise dos dados oriundos do site oficial da Secretaria Estadual de Educação do Espírito Santo com foco na participação desses atores privados na educação pública. O sétimo e último capítulo corresponde às considerações finais.

Os resultados obtidos com a pesquisa demonstram que a privatização da política educacional não se reduz a influência externa ou ocupação direta de cargos, mas envolve a constituição de capacidades de direção política pelas quais determinados atores definem problemas, produzem diagnósticos, formam quadros técnicos, articulam redes, constroem consensos e orientam a ação estatal no âmbito da educação pública.

Conforme exposto no prefácio, optamos por disponibilizar esta tese em dois idiomas, logo, esses capítulos podem ser encontrados em português (parte I) e espanhol (parte II), mantendo-se a estrutura de capítulos em ambas as versões. Ainda, para ampliar a acessibilidade do trabalho, as figuras, diagramas de rede e gráficos possuem descrição textual, inseridas como texto alternativo no arquivo digital.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

> *"[...] pelo fato de que qualquer um possa em determinado momento fritar dois ovos ou costurar um buraco do paletó não quer dizer que todo mundo seja cozinheiro ou alfaiate" (Gramsci, 1982, p. 7)*

Essa tese teve como objetivo compreender como se identifica e se configura a privatização da política educacional. Para tal, tomou-se como estratégia empírica o Estado do Espírito Santo e, nele a atuação da Fundação Itaú, da Fundação Lemann e do Instituto Unibanco, identificados em mapeamentos anteriores como os atores privados mais atuantes na educação estadual.

Partiu-se da compreensão de que os processos contemporâneos de privatização da educação extrapolam a transferência de serviços públicos para atores privados ou a mercantilização direta da oferta educacional, como sinalava Adrião (2018) e as investigações do GREPPE nos últimos 20 anos. Entende-se que esse processo se manifesta também por meio da crescente capacidade de determinado segmento da sociedade civil de influenciar a formulação, a condução e a avaliação das políticas públicas.

Nesse sentido, e muito instigadas pelos questionamentos gerados durante a construção da dissertação de mestrado quando analisamos o Movimento Todos pela Base e sua influência na construção da política da BNCC no Brasil, mobilizamos como pergunta de pesquisa: **"Como se identifica e se configura a privatização da política educacional?".** Com ela, buscando não somente identificar a presença desses atores na educação pública, mas compreender os mecanismos pelos quais essa presença se converte em influência política. Para tentar responder tal pergunta, nos debruçamos em quatro objetivos específicos.

O primeiro consistiu em *"Mapear e dimensionar, a partir de revisão da literatura latino-americana, as abordagens teóricas e metodológicas mobilizadas nas investigações sobre a incidência do setor privado nas políticas educacionais"*. Esse objetivo tinha como intuito, além do aporte teórico, a identificação de meios de mapear e analisar as relações interpessoais, as articulações institucionais e as formas de *lobby* estabelecidas entre setor privado e setor público, elementos entendidos como centrais para compreender essa forma de privatização constituída pela fluidez de relações de difícil identificação.

A revisão da literatura evidenciou que a incidência privada sobre a política educacional tem sido nomeada de diferentes formas, o que expressa uma importante disputa conceitual. Através desses referenciais, e com base em debates desenvolvidos com e por minha orientadora, Prof. Dra. Raquel Fontes Borghi, nos deparamos com a discussão terminológica, que não se configura como um debate meramente semântico, mas como uma disputa teórico-política sobre a forma de compreender a crescente participação do setor privado na definição dos rumos da educação pública.

Desse modo, optamos pelo conceito "privatização da política educacional", buscando, com isso: **i.** evitar suavizar, sob o vocabulário da governança, a atuação destes sujeitos; **ii.** evidenciar a não neutralidade desses processos; e **iii.** destacar como a presença ampliada de atores privados na formulação de agendas, na produção de diagnósticos e na definição de prioridades educacionais representam uma forma específica de ampliação do poder privado sobre a condução da política educacional.

Entendemos que o uso do conceito governança corporativa pode sugerir a ideia de uma distribuição mais horizontal do poder e de processos decisórios mais democráticos acerca da educação, sobretudo quando a participação da "sociedade civil" é tomada de forma genérica, ocultando a atuação privilegiada de determinados segmentos, como os reformadores empresariais. Embora a concepção de governança corporativa da educação, assim como outros termos mobilizados pela literatura, contribua para identificar a presença e a centralidade de atores empresariais na condução das políticas educacionais, não a compreendemos como suficiente para explicitar a natureza privatista desse processo.

Assim, compreende-se que a privatização da política educacional constitui uma dimensão particular dos processos contemporâneos de privatização da educação, marcada pela capacidade de determinados segmentos do setor privado de influenciar a definição dos problemas educacionais e das soluções consideradas legítimas para enfrentá-los.

O segundo objetivo específico consistiu em *"Investigar os sujeitos individuais vinculados aos atores privados analisados, considerando suas possíveis inserções no interior do Estado por meio da ocupação de cargos públicos"*. Os resultados evidenciaram casos significativos de circulação entre o setor público e sujeitos vinculados à Fundação Itaú e ao Instituto Unibanco.

Foram identificadas trajetórias em ministérios, secretarias estaduais e municipais, conselhos e órgãos de planejamento e formulação de políticas educacionais em diferentes

governos e orientações partidárias (Luiz Inácio Lula da Silva - PT, Fernando Henrique Cardoso - PSDB, Dilma Rousseff - PT, Sérgio Cabral - PMDB, Geraldo Alckmin - PSDB e Eduardo Paes - PMDB). Essa diversidade indica que estes não se filiam a uma gestão específica e que, embora tenham integrado governos associados ao campo progressista, isso não elimina a vinculação a agendas gerenciais, avaliativas e reformistas. Ao contrário, demonstra que determinadas concepções de eficiência, qualidade, gestão e responsabilização atravessam governos de diferentes orientações político-partidárias, evidenciando a capacidade de circulação em diferentes coalizões políticas.

Compreender se estes sujeitos, representantes do setor privado, ocuparam cargos na estrutura burocrática, com quais funções e em que momentos históricos, teve como intenção trazer à luz relações de poder, a "permeabilidade" do público e a "mobilização de mão dupla de pessoal" entre Estados e serviços privados (Croso, Magalhães, 2016). A atuação desses sujeitos no setor público, somada à participação na Fundação Itaú e no Instituto Unibanco em suas demais ações, sugere uma intersecção estratégica entre o poder público e a iniciativa privada na área da educação. Ao integrar sujeitos com formação inicial predominantemente voltada às áreas econômicas e gerenciais, reflete também uma concepção economicista da educação. Os sujeitos nessa "porta giratória" (Martins, 2019), disseminam suas agendas e agem para fortalecer seus interesses comuns no campo educacional. São como canais de influência por meio dos quais os interesses do setor privado podem ser favorecidos pela proximidade com o governo; tornam-se porta-vozes desse segmento no interior do Estado, criando condições para que ideias e valores circulem e incidam sobre as políticas educacionais.

Contudo, a análise da Fundação Lemann não identificou colaboradores com passagem direta por cargos públicos, o que entendemos por meio dos dados, não simbolizar menos incidência da FL. Os resultados indicaram que ela parece ocorrer por outras vias: pela formação de pessoal (professores, gestores, lideranças para ocupar cargos estratégicos como o caso da 'Bancada Lemann' no Congresso Nacional) e pela participação em processos de seleção e ocupação de cargos na gestão educacional pública (Farias, 2023), criando redes e ecossistemas de atuação. Isto é, o que se observou foi a entrada no campo estatal de sujeitos que não são, necessariamente, vinculados institucionalmente à Fundação Lemann, mas que passaram por seus processos formativos.

O terceiro objetivo buscou *"Investigar as tendências temáticas propagadas pelos atores privados identificados, analisando os discursos produzidos em seus programas e*

pesquisas divulgadas, bem como verificando se tais programas foram incorporados à política educacional". Os resultados demonstraram a predominância de uma racionalidade comum, um certo tipo de convergência em torno de temas como gestão eficiente, formação de lideranças, formação continuada, monitoramento, avaliação, responsabilização, uso de evidências e produção de conhecimento/diagnósticos sobre a educação pública brasileira.

A análise dos programas permitiu identificar a apropriação, pelo Ministério da Educação, de programas da Fundação Itaú Social (Escrevendo o Futuro) e do Instituto Unibanco (Jovem de Futuro), ambas iniciativas do mesmo mantenedor que ganharam destaque e foram, em certa medida, incorporadas as políticas educacionais. Observou-se também que a formação de profissionais da educação (professores e gestores) se manifesta como uma das principais portas de entrada para a atuação desse segmento na educação pública. Sob o argumento de melhoria da qualidade da educação por meio da qualificação docente, ampliam-se as possibilidades de incidência do setor.

Por sua vez, a análise das pesquisas diagnósticas, que teve por objetivo examinar os documentos produzidos para diagnosticar a educação pública, evidenciou que esses materiais configuram mecanismos de produção de consensos e de definição de necessidades educacionais. Por meio deles, esses atores participam da definição de problemas educacionais considerados prioritários, produzem diagnóstico sobre a realidade escolar e apresentam soluções específicas para os problemas elencados por eles mesmos. Em outras palavras, eles não apenas oferecem as respostas, mas participam ativamente da definição das perguntas que passam a orientar o debate.

Esse movimento contribui para que essas instituições construam para si uma posição de autoridade no campo educacional. A quantidade de documentos produzidos e divulgados reforça essa imagem autoatribuída de especialistas em educação, embora os sujeitos que compõem suas estruturas de governança possuam formação predominantemente em áreas administrativas e econômicas. O que se observa é a constituição de um grupo de atores que, mesmo não possuindo formação específica no campo educacional, exerce função de intelectual ao produzir diagnósticos, formular propostas e disputar os sentidos atribuídos à educação.

É com base nisso que iniciamos essas considerações finais com o trecho de Gramsci: "[...] pelo fato de que qualquer um possa em determinado momento fritar dois ovos ou costurar um buraco do paletó não quer dizer que todo mundo seja cozinheiro ou alfaiate" (Gramsci, 1982, p. 7)". Fazemos essa aproximação no sentido de que, a posição

assumida pelos atores analisados, especialistas em educação, não perpassa trajetórias formativas e profissionais no campo. Afinal, pelo fato de que qualquer um possa em determinado momento falar sobre educação, aprendizagem, gestão escolar, avaliação e políticas públicas, não quer dizer que todo mundo seja educador, profissional da escola pública ou pesquisador do campo educacional. Observamos que se constitui uma legitimidade pela constante participação em debates de decisão, pela associação com universidades internacionais, pela ocupação de cargos públicos e pela produção de programas e pesquisas para a educação pública. Esses atores assumem, com isso, a função de intelectuais de um projeto específico de sociedade.

Essa autoridade é reforçada também pelo plano discursivo. Os documentos analisados apresentam termos replicáveis, palavras-chave, que constroem vínculos imaginários com a finalidade de mobilizar sujeitos em direção ao consenso social (Shiroma, et al., 2005). Constroem-se guarda-chuvas linguísticos como estratégias discursivas que "utilizam a linguagem do "bem público", ao mesmo tempo em que alinham mais estreitamente o sistema educacional às necessidades do setor empresarial" e "evidenciam não apenas a penetração da ideologia do gerencialismo na educação, mas expressam também a conformação e produção de um novo "léxico" educacional, um híbrido de pedagógico e gerencial" (idem, 437-438).

Nesse movimento, observa-se que os atores frequentemente se apresentam como representantes do interesse público, falando em nome da sociedade civil, da qualidade da educação e da justiça social. Entretanto, conforme demonstrado ao longo da tese, tal representação não elimina a existência de interesses específicos e de projetos particulares de sociedade. Ao contrário, produz uma aparência de consenso em torno de propostas que refletem determinadas visões sobre o papel da educação, do Estado e das políticas públicas.

Também se identificou que os discursos produzidos por essas organizações frequentemente incorporam pautas historicamente associadas a setores progressistas, como equidade, inclusão, redução das desigualdades e justiça racial. Todavia, as soluções apresentadas se subvertem a estratégias predominantemente técnicas e gerenciais, traduzidas em mecanismos de gestão, monitoramento, avaliação por e para resultados, responsabilização e formação de lideranças. Desse modo, além de tendências temáticas e diagnósticos educacionais, identificamos um movimento de retroalimentação entre produção de conhecimento e implementação de programas, onde a produção das

pesquisas não tem como função ser instrumento de compreensão da realidade educacional, mas ser mecanismo de construção de legitimidade técnica.

O quarto objetivo específico consistiu *"Analisar, a partir do site da Sedu, a participação dos três atores privados na educação pública estadual, com foco em sua presença em espaços de debate, articulação e decisão da agenda educacional, tais como reuniões, encontros e seminários promovidos pela Sedu ou com sua participação".* Os resultados demonstraram que esses atores participam reiteradamente de reuniões, seminários, eventos formativos, assessoramentos, elaboração de materiais, concessão de prêmios, cursos de formação e espaços de articulação institucional.

Sua atuação não se restringe à implementação de programas específicos. Trata-se de uma presença constante em espaços de debate e construção de agendas, indicando que esses não atuam apenas como agentes externos que influenciam decisões tomadas por outros sujeitos, o que se observa é a constituição de capacidades de direção política. Isto é, ainda que não ocupem formalmente cargos no aparelho estatal, esses atores participam de processos decisórios que influenciam diretamente a rotina, o currículo escolar e os rumos da educação pública capixaba. O caso do Espírito Santo evidencia que a disputa pela educação pública ocorre também no plano da direção política, no qual determinados atores privados não apenas participam do debate educacional, mas tornam-se capazes de conduzi-lo.

Particularmente relevante foi a constatação de que determinadas práticas, metodologias e concepções produzidas, sobretudo pelo Instituto Unibanco, passaram a ser incorporadas pelo próprio poder público como referenciais legítimos para a condução da educação estadual. Mais do que a implementação de um programa específico, observou-se a incorporação de formas de gestão, monitoramento e acompanhamento que passaram a integrar a dinâmica institucional da rede estadual. Nesses casos, parece ser insuficiente afirmar que existe apenas influência sobre a política, visto que os dados sugerem um processo mais profundo de direcionamento da ação estatal.

Em suma, os resultados obtidos permitem reconhecer que o poder dessas organizações não se explica exclusivamente pela ocupação de cargos públicos, pelas conexões em redes e parcerias ou pela oferta de programas educacionais. Ela se expressa, sobretudo, na capacidade de produzir consensos, formar quadros técnicos, construir legitimidade e participar da definição dos rumos da educação pública.

Compreendemos que os resultados apontam para a relevância de pesquisas futuras que investiguem a trajetória de sujeitos formados por programas de liderança e a circulação de quadros técnicos entre diferentes organizações, redes de ensino e secretarias municipais e estaduais de educação. Da mesma forma, faz-se pertinente compreender em que medida esses sujeitos participam de programas formativos, ofertados por tais organizações, e quais concepções de educação, gestão, qualidade e sociedade são difundidas por esses programas. Tais frentes de investigação podem contribuir para compreender como determinadas racionalidades passam a orientar a ação estatal, mesmo quando não existem vínculos institucionais formais entre os sujeitos e as organizações investigadas.

Por fim, os resultados desta pesquisa suscitam questões que extrapolam seus próprios limites, mas que são visto como fundamentais para aqueles comprometidos com a defesa da educação pública, gratuita, laica e socialmente referenciada. Se as evidências apresentadas demonstram que um segmento do setor privado tem ampliado sua capacidade de produzir e direcionar a política pública, faz-se igualmente necessário refletir sobre quais estratégias podem ser construídas pelos sujeitos e instituições comprometidas com um projeto democrático de educação.

Como fortalecer projetos educacionais orientados pela gestão democrática, pela valorização dos profissionais da educação, pela formação integral e crítica dos estudantes e pela defesa da educação como direito social? Em outras palavras, se a disputa pela educação pública ocorre tanto no terreno da produção de consensos, da formação de lideranças e da construção de agendas públicas, então a defesa da educação como direito social exige não apenas a denúncia dos processos de privatização da política educacional, mas também a construção de alternativas capazes de disputar os sentidos da educação, da qualidade e da própria ação pública.

REFERÊNCIAS / REFERENCIALES

ABICALIL, C. A. Sistema Nacional de Educação: os arranjos na cooperação, parceria e cobiça sobre o fundo público na educação básica. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 34, n. 124, p. 803–828, jul./set. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/jrW9n5zHBX4JnkCmyYkN75C/abstract/?lang=pt

ACCIOLY, I.; LAMOSA, R. A. C. As Competências Socioemocionais na Formação da Juventude: Mecanismos de Coerção e Consenso frente às Transformações no Mundo do Trabalho e os Conflitos Sociais no Brasil. **Vértices**, Campos dos Goitacazes, v. 23, n. 3, p. 706-733, 2021. Disponível em: https://editoraessentia.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/15976

ADRIÃO, Theresa. Dimensões e Formas da Privatização da Educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. **Currículo Sem Fronteiras**, v. 18, p. 8-28, 2018. Disponível em: https://www.curriculosemfronteiras.org/vol18iss1articles/adriao.pdf

ADRIÃO, Theresa; BORGHI, Raquel. Filantropia de risco nas redes estaduais de ensino brasileiras: Análise das influências do Instituto Ayrton Senna. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, v. 27, n. 00, 2023. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/16940

ADRIÃO, Theresa; BORGHI, Raquel. Parcerias entre as prefeituras e esfera privada: estratégias privatizantes para a oferta da educação básica. In: ADRÃO, Theresa; PERONI, Vera. (Org.). **Público e privado: novos elementos para o debate**. 1ed.São Paulo: Xamã, 2008, v. 1, p. 99-110.

ADRIÃO, Theresa; CROSO, C.; MARIN, T. Como os filantrocapitalistas influenciam as decisões sobre a educação pública no brasil: os pactos dos estados de São Paulo, Pará e Pernambuco. **Currículo Sem Fronteiras**, v. 22, p. 1-21, 2023. Disponível em: http://dx.doi.org/10.35786/1645

ADRIÃO, Theresa; CROSO, Camila.; MARIN, Thais. Como os filantrocapitalistas influenciam as decisões sobre a educação pública no Brasil: os "Pactos" dos estados de São Paulo, Pará e Pernambuco. **Currículo sem Fronteiras**, v. 22, 2022. Disponível em: https://www.curriculosemfronteiras.org/vol22articles/adriao-croso-marin.pdf

ADRIÃO, Theresa; DRABACH, Nadia.; GARCIA, TEISEeise.; SANTOS, Maria. O filantrocapitalismo e a terceira geração da privatização da educação paulista. **Educação e Pesquisa**, v. 50, 2024. Disponível em: http://scielo.br/j/ep/a/khVsMYPxZvKWcpqZDwTGQZr/?format=pdf&lang=pt

ADRIÃO, Theresa; et al., **Mapeamento da inserção do setor privados nas redes públicas estaduais de educação 2005-15.** Greppe, 2018. Disponível em: https://www.greppe.fe.unicamp.br/pt-br/mapeamento_da_insercao_do_setor_privado_nas_redes_estaduais_de_educacao_2005_2015

ADRIÃO, Theresa; GARCIA, TEISE. As reformas educacionais no Estado de São Paulo e a escola de tempo integral: relações entre poder público e setor privado na implantação de uma política educacional. In: CARMO, J. C.; CESTARI, R., SILVA, C. N. C.S (Orgs). **Transformações do estado e influências nas políticas educacionais no Brasil**, 2. ed. Campinas: Mercado das Letras, p. 167-191, 2016.

ADRIÃO, Theresa; GARCIA, TEISE. Educação a domicílio: o mercado bate à sua porta. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 21, p. 433–446, jul./dez. 2017. Disponível em: http://dx.doi.org/10.22420/rde.v11i21.783

ADRIÃO, Theresa; GARCIA, TEISE. G.; BORGHI, Raquel.; ARELARO, L. R. G. As parcerias entre prefeituras paulistas e o setor privado na política educacional: expressão de simbiose?. **Educação & Sociedade**, v. 33, p. 533-549, 2012. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302012000200011

ADRIÃO, Theresa; GARCIA, TEISE.; BORGHI, Raquel.; BERTAGNA, R.; PAIVA, G.; XIMENES, S. Grupos empresariais na educação básica pública brasileira: limites à efetivação do direito à educação. **Educação & sociedade**, v. 37, p. 113-131, 2016. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/ES0101-73302016157605

ADRIÃO, Theresa; MOCARZEL, M. S.M.S.; OLIVEIRA, R. L. P. O público, o privado e o comunitário: Novas categorias administrativas para as escolas brasileiras e a disputa pelo fundo público na educação. **Archivos Analíticos De Políticas Educativas**, v. 30, p. 1-21, 2022. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8538626

ADRIÃO, Theresa; OLIVEIRA, Romualdo.; MOCARZEL, Marcelo. O Público, o Privado e o Comunitário: Novas Categorias Administrativas para as Escolas Brasileiras e a Disputa pelo Fundo Público na Educação. **Education Policy Analysis Archives**, v. 30, n. 01, 2022. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8538626

ADRIÃO, Theresa; PERONI, V. Implicações do Programa Dinheiro Direto na Escola para a gestão da escola pública. **Educação & Sociedade**, v. 28, p. 253-267, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/VDVf7j7jZbdj8X4cz7Pyy4R/?format=pdf&lang=pt

ADRIÃO, Theresa; SILVA, R. Public funding to private providers of compulsory education: crossed looks between Brazil and Portugal in the context of globalisations. **Globalisation, Societies and Education,** v. 18, n. 4, p. 420–434 2020. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14767724.2020.1764336

ADRIÃO, Theresa; GARCIA, Teise.; BORGHI, Raquel.; ARELARO, Lisete. Uma modalidade peculiar de privatização da educação pública: a aquisição de 'sistemas de ensino' por municípios paulistas. **Educação & Sociedade,** v. 30, p. 799-818, 2009. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302009000300009

ALCÂNTARA, E. Parceria pela alfabetização em regime de colaboração: análise da política colaborativa do estado Amapá (2019–2023). 2024. **Dissertação (Mestrado em Educação)** – Universidade Federal do Amapá, Programa de Pós-Graduação em Educação, Macapá, 2024. Disponível em: http://repositorio.unifap.br/jspui/handle/123456789/1759

ALVES, W. Crítica à razão gestionária na educação: o ponto de vista do trabalho. **Revista Brasileira de Educação**, v. 19, n. 56, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/WVGY7NjRYszRZXqLJMrwxhH/?lang=pt

ANDRADE S. As companhias do mercado da educação superior no Brasil e suas decisões estratégicas no período de 2007 a 2021. **Educação & Sociedade**, v. 44, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/RD9bmmQV9sgJKpK3DYKr8Rf/

ANTUNES, F.; EVANGELISTA, O. Governação global e diretrizes internacionais para a educação na União Europeia - com Fátima Antunes. **Rev. Perspectiva**, v. 23, n. 2, p. 449–465, 2005. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/9801

APPLE, M. W. **Trabalho docente e textos**: economia política das relações de classe e de gênero em educação. Porto Alegre: Artes Médicas,1995

ARANHA, R., OLIVEIRA, S. A influência do Banco Interamericano de Desenvolvimento na formação dos/das professores/as da educação básica no Brasil. **Educar em Revista**, v. 36, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/er/a/kX3h9K5jv3TTQbKvY6DhdZs/

ARANHA, R., OLIVEIRA, S. Sistema de parceria público-privada na educação: estratégias mercantilistas para o ensino público de Manaus. **Revista Brasileira de Educação**, v. 28, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/kPG63W6mVbbpZH9htpdyMWQ/

ARAÚJO, G. C.; NASCIMENTO, R. P. "Educação Já!" e a governança federativa: a nova investida do movimento Todos Pela Educação na definição do Sistema Nacional de Educação. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 36, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/er/a/rBG8CYMkBbgqD4T4LpT3ytS/abstract/?lang=pt

ARAUJO, L. S.; SILVA, A. T. R. Jatarishun: revoltas indígenas camponesas do Equador e Bem Viver. Caderno CRH, Salvador, v. 35, p. 1-23, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ccrh/a/3YsWjCbkrPbN9RBb54rx3gr/?format=pdf&lang=pt

ARELARO, L. Formulação e implementação das políticas públicas em educação e as parcerias público-privadas: impasse democrático ou mistificação política? **Educação & Sociedade**, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 899-919, out. 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/MBqF6zJDBYmmHxZqskmmXHf/?format=pdf&lang=pt

ASSOCIAÇÃO BEM COMUM. **Quem somos**. 2024. Disponível em: https://abemcomum.org/

AVELAR, M.; SANTOS, M. R. S. Educação digital em Minas Gerais na Pandemia de COVID-19: Programas emergenciais e uso de plataformas privadas no pós-pandemia. In: OLIVEIRA, D. A. (Org.). **Desafios à garantia do direito à educação: Uma análise das condições de oferta nas escolas públicas de Minas Gerais**. 1ed. Belo Horizonte: CRV, 2026, v. 1, p. 197-218.

AVELAR, M.; BALL, S. Mapping new philanthropy and the heterarchical state: the mobilization for the national learning standards in Brazil. **International Journal of**

Educational Development, Elsevier, v. 64, p. 65-73, 2017. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0738059317302080

BALÁN L. Solar Community Hubs: how multinational 'sustainable' technology companies are replacing church and state in their 'civilising and philanthropic' educational work. **Globalisation, Societies and Education**, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1080/14767724.2023.2288155

BALDUINO, M. A. C. Programa Jovem de Futuro: uma tecnologia educacional do terceiro setor. **Interações**, Campo Grande, MS, v. 21, n. 2, p. 233–243, abr./jun. 2020. Disponível em: https://interacoesucdb.emnuvens.com.br/interacoes/article/view/2098

BALL, S. **Global Education INC.** New Policy Networks and the Neo-liberal Imaginary. New York: Routledge, 2012.

BALL, S. J. **Educação Global S. A**.: Novas redes políticas e o imaginário neoliberal. Ponta Grossa, UEPG, 2014.

BALL, S. J. Privatising education, privatising education policy, privatising educational research: network governance and the 'competition state'. **Journal of Education Policy**, v. 24, n. 1, p. 83–99, 2009. Disponível em: https://doi.org/10.1080/02680930802419474

BALL, S. J., YOUDELL, D. **La privatización encubierta en la educación pública**. Bruselas: Universidad de Londres - Instituto de Educación, 2007.

BALL, S. J.; OLMEDO, A. A 'nova' filantropia, o capitalismo social e as redes de políticas globais em educação. In: PERONI, V. M. **Redefinições das fronteiras entre o público e o privado:** implicações para a democratização da educação. Brasília: Liber Livro, 2013.

BALL, S. New philanthropy, new networks and new governance in education. ***Political Studies*****,** v. 56, n. 4, p. 747–765, 2008. Disponível em: https://doi.org/10.1111/J.1467-9248.2008.00722.X

BALL, S.J. **Education Plc**: Understanding private sector participation in public sector education. London: Routledge, 2007.

BECHI, D.; ALMEIDA, M. A privatização exógena e os avanços do capitalismo acadêmico no Brasil e na Argentina. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.40, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/edur/a/rNFmT8bbDWp6GtdDdZXtgcw/?format=pdf&lang=pt

BELFIELD, C.; LEVIN, H. A privatização da educação: Causas e implicações. Lisboa: Edições ASA, 2004.

BELFIELD, C.; LEVIN, H. **A privatização da educação**: Causas e implicações. Lisboa: Edições ASA, 2004. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000133075_por

BERNARDI, L. M.; UCZAK, L. H.; ROSSI, A. J. Relações do movimento empresarial na política educacional brasileira: a discussão da Base Nacional Comum. **Currículo**

sem Fronteiras, v. 18, n. 1, p. 29-51, jan./abr. 2018. Disponível em: https://www.curriculosemfronteiras.org/vol18iss1articles/bernardi-uczak-rossi.pdf

BERTAGNA, R. Mapeamento dos sistemas estaduais de avaliação da educação (2005-2015). In: Teise GARCIA, Teiseheresa Adrião (organizadoras). (Org.). **Currículo, gestão e oferta da educação básica brasileira**: incidências de atores privados nos sistemas estaduais (2005-2015). 1ed.Curitiba: CRV, 2018, v. 1, p. 41-52.

BERTAGNA, R; MELLO, L. Qualidade e avaliação: influências e significados na educação Brasileira. **Revista Educação e Políticas em Debate,** v. 9, n. 2, p. 287 - 304, mai./ago. 2020. Disponível em: http://www.seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/55139/29381

BERTAGNA, R; POLATO, A.; MELLO, L. As Avaliações em larga escala e o currículo no estado de São Paulo: a realidade escolar desvelando as lógicas subjacentes. **Currículo Sem Fronteiras**, v. 18, p. 52-70, 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/325767136_As_avaliacoes_em_larga_escala_e_o_curriculo_no_estado_de_Sao_Paulo_A_realidade_escolar_desvelando_as_logicas_subjacentes

BERTAGNA, Regiane; ALMEIDA, Luana. Entrevista: Luiz Carlos de Freitas. A "qualidade empresarial" e a "qualidade social" na reforma educacional: causas, consequências e disputas. **Revista Educação e Políticas em Debate**, Uberlândia, v. 13, n. 3, p. 1–15, set./dez. 2024. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/pdf/repod/v13n3/2238-8346-repod-13-3-a202475234.pdf

BILHÃO, I., KLAFKE, A. Do SIRENA ao MEB: articulações entre empresários, Igreja Católica e Estado para a implantação da radioeducação no Brasil (década de 1950). **Revista Brasileira de Educação**, v. 25, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/ZfsSn3HmXHVp7qqbsbshsJf/

BISHOP, M; GREEN, M. **How the rich can save the world**. Bloomsbury Press, 2008

BITTAR-GODINHO J.; LIMA J. Fundações Corporativas: A Privatização da Educação e as Social Corporativa. **Education Policy Analysis Archives**, v. 31, n. 7, 2023. Disponível em: https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/download/7111/3016/35145

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Portugal: Porto Editora, 1994.

BORGHI, Raquel. Atuação do setor privado no processo de construção curricular: o sequestro dos fins públicos da educação. **Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 25, n. 3, 2021. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/14903/15160

BORGHI, Raquel. Incidência do setor privado na dimensão do currículo da educação básica (2005-2015). In: GARCIA, Teise.; ADRIÃO, Theresa (orgs.) **Currículo, gestão e oferta da educação básica brasileira**: incidências de atores privados nos sistemas estaduais (2005-2015). Curitiba: CRV, p. 75-90, 2018.

BORGHI, Raquel. Que educação é pública? A privatização de um direito. **Revista ECOOS**, São Paulo, n. 46, p. 19-32, 2018b. Disponível em: https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/7832/4968

BORGHI, Raquel. Que educação é pública? uma questão em disputa. 2022. **Livre-docência,** Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Brasil.

BORTOT, C.; SCAFF, E. Organismos internacionales y gobernanza regional: una policy transfer para la educación de la infancia en países de América Latina y el Caribe. **Revista Iberoamericana de Educación**, v. 83, n. 1, p. 31-51, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.35362/rie8313789.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

BRASIL. **Decreto nº 9.204, de 23 de novembro de 2017**. Institui o Programa de Inovação Educação Conectada e dá outras providências. Brasília, 2017. Disponível em: https://legis.senado.leg.br/norma/26290344.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico 2022:** resultados preliminares. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html

BRASIL**. Lei nº 14.180, de 1º de julho de 2021.** Institui a Política de Inovação Educação Conectada. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 2 jul. 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14180.htm

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

BRASIL. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília, DF: Presidência da República, 1995. Disponível em: https://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/plano-diretor-da-reforma-do-aparelho-do-estado-1995.pdf

BRELÀZ, G. Advocacy das organizações da sociedade civil: um estudo comparativo entre Brasil e Estados Unidos. 2007. **Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo),** Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2007.

BRITO, S., MARINS, G. Fundação Lemann e o Programa de Inovação Educação Conectada: em pauta as relações entre público e privado no campo das políticas educacionais. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 36, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/er/a/vgVG6Hk63XFCVvH5Sxk7QLv/?format=pdf&lang=pt

BUENO, J.; LEHMKHUL, M.; GOES, R. A Relação Público/Privado nas Políticas de Educação Especial no Período Ditatorial no Brasil (1964-1985). **Education Policy Analysis Archives**, v. 27, n. 01, 2019. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7434625

BURGESS, A. *A clockwork orange*. London: William Heinemann, 1962.

CAETANO, M. As reformas educativas globais e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Revista Textura**, v. 22, n. 50, p.36-53, 2020. Disponível em: http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/view/5397

CAETANO, M.; MENDES, V. Think tanks, redes e a atuação do empresariado na educação. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 36, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/er/a/3gSKnH8wTBJFbcCdTQfjTwg/?format=pdf&lang=pt

CALVO, S. Influencia de las políticas educativas globales en los procesos educativos nacionales: El caso de la modalidad educativa dual en Costa Rica. **Actualidades Investigativas en Educación**, v. 28, n. 01, 2023. Disponível em: https://www.scielo.sa.cr/pdf/aie/v23n1/1409-4703-aie-23-01-00432.pdf

CAMPANHA LATINO-AMERICANA PELO DIREITO À EDUCAÇÃO (CLADE). **Mapeo sobre tendencias de la privatización de la educación en América Latina y el Caribe**. São Paulo: CLADE, 2014.

CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO. Educação e COVID-19: cenário para o avanço da privatização? **Entrevista com Marina Avelar**. 4 jun. 2020. Disponível em: https://campanha.org.br/analises/marina-avelar/educacao-e-covid-19-cenario-para-o-avanco-da-privatizacao/

CANABRAVA, B.; TEIXEIRA, C. O "sonho grande" de Lemann e o desprestígio da universidade e ciência brasileiras. **[SYN]THESIS,** Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 88-96, 2017. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/synthesis/article/view/47145

CARAVACA, A.; MOSCHETTI, M. C.; EDWARDS JR., D. B. Privatización de la política educativa y gobernanza en red en la República Dominicana. **Archivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 29, n. 128, 2021. . Disponível em: https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/view/6421/2706

CARAVACA, A.; MOSCHETTI, M. C.; EDWARDS JR., D. B. Privatización de la política educativa y gobernanza en red en la República Dominicana. **Archivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 29, n. 128, 2021. . Disponível em: https://doi.org/10.14507/epaa.29.6421

CÁSSIO, F.; AVELAR, M.; TRAVITZKI, R.; NOVAES, T. Heterarquização do Estado e a expansão das fronteiras da privatização da educação em São Paulo. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 41, e241711, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/kxDYrrv3sTJVFWThpTHZ7vc/?lang=pt

CECCON, M., DRABACH, N. As instituições sem fins lucrativos na privatização da educação infantil. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 36, 2020. . Disponível em: https://www.scielo.br/j/edur/a/YJhZfnFPxSwqsVv8GHZVMCn/?format=pdf&lang=pt

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. (Orgs.) **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008.

CHATTOPADHAY T.; NOGUEIRA O. Public-private partnership in education: A promising model from Brazil. **Journal of International Development**, 2014. Disponível em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/jid.2930

CHESNAIS, F. A **Mundialização do Capital**. São Paulo, Xamã, 1996.

CHOMSKY, N. **Mídia: Propaganda política e manipulação.** Editora WMF Martins Fontes, 1 ed., 2013.

COSTA, L. Estratégias organizativas do lobby da educação na constituinte 87-88. **Cadernos de Pesquisa**, v. 48, n. 170, p. 1088–1113. . Disponível em: https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/5701

CÓSTOLA, Andresa. "Onde tem base, tem movimento" empresarial: análise da atuação dos atores privados do Movimento Todos Pela Base nas redes públicas estaduais da Região Sudeste. Orientadora: Raquel Fontes Borghi, 2021. **Dissertação (Mestrado em Educação)** – Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista (UNESP). Rio Claro – SP.

CÓSTOLA, Andresa. La elaboración de la política de Base Común Curricular Nacional en Brasil: puntos a considerar. **Educación**, v. 32, n. 62, p. 98-120, 2023. . Disponível em: https://revistas.pucp.edu.pe/index.php/educacion/article/view/26865

CÓSTOLA, Andresa. Os reformadores empresariais e as políticas educacionais: análise da influência do movimento Todos pela Base Nacional Comum no processo de construção da BNCC. **Trabalho de Graduação (Bacharelado em Geografia),** Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 2018. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/7b716bc0-47ef-4f4b-9ed3-d8b811d9751d/content

CÓSTOLA, Andresa.; BORGHI, Raquel. F. El Movimiento por la Base y sus programas en el Sureste de Brasil: ¿Privatización curricular? **Revista Educación, Política y Sociedad**, v. 8, n. 2, p. 156-188, 2023. . Disponível em: https://doi.org/10.15366/reps2023.8.2.007

CÓSTOLA, Andresa.; BORGHI, Raquel. F. Os reformadores empresariais e as políticas educacionais: análise do Movimento Todos pela Base Nacional Comum. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 22, n. esp. 3, p. 1313-1324, dez., 2018. . Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/11889/8069

COUTINHO, K. D. Educação como mercadoria: o público e o privado no caso dos shopping centers. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 84, p. 955–982, set. 2003. . Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/XwWQmzYJ98n9hyPLdhMhDTt/?format=pdf&lang=pt

CRISTOFOLETTI, E.; SERAFIM, M. Neoliberal student activism in Brazilian higher education The case of 'Students For Liberty Brasil'. **Learning and Teaching**, v. 15, 2022. . Disponível em: https://www.berghahnjournals.com/view/journals/latiss/15/1/latiss150105.xml

CROSO, C.; MAGALHÃES, G. Privatização da educação na América Latina e no Caribe: tendências e riscos para os sistemas públicos de ensino**. Educ. Soc**., Campinas, v. 37, nº. 134, p.17-33, jan.-mar., 2016. . Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/MBjSzsT8hKZvP3VN3hHFvtn/?format=pdf&lang=pt

CRUZ, A.; PAULA, M. Capital e Poder a serviço da Globalização: os oligopólios da educação superior privada no Brasil. **Avaliação, Campinas**; Sorocaba, SP, v. 23, n. 3, p. 848-868, nov. 2018. . Disponível em: https://www.scielo.br/j/aval/a/JGvSXBv43Fjj7jk4pzmwVWw/?format=pdf&lang=pt

CRUZ, R. Banco Mundial e política educacional: cooperação ou expansão dos interesses do capital internacional? **Educar em revista**, Curitiba, n. 22, p. 51-75, 2003. . Disponível em: https://www.scielo.br/j/er/a/gw3JyKR8QPYbDMz3YtSjJhR/?format=pdf&lang=pt

CURY, C. R. J. A educação escolar no Brasil: o público e o privado. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 4, n. 1, 2006. . Disponível em: https://www.scielo.br/j/tes/a/rGyMFsTqfMRLgqjJkRrGnbx/?format=pdf&lang=pt

CURY, C. R. J. Do público e do privado na constituição de 1988 e nas leis educacionais. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 39, n 145, 2018. . Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/WvkSMZCkdNHgYDhp9WGnBNM/

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2014.

DARDOT, P.; LAVAL, C. Dardot e Laval: a "nova" fase do neoliberalismo. **Outras Mídias**, 2019. Disponível em: https://outraspalavras.net/outrasmidias/dardot-e-laval-a-nova-fase-do-neoliberalismo/

DARDOT, P.; LAVAL, C. **La pesadilla que no caba nunca**. Barcelona: Gedisa, 2017.

DAVIES, W. **El Nuevo Neoliberalismo**. New Left Review, 2016.

DELGADO, R.; TARANGO, J.; MACHIN-MASTROMATTEO, J. Caracterización del modelo tipo Think Tank Académico-Investigativo en México: educación, generación de conocimiento, élites y grupos de privilegio. **Innov. educ. (Méx. DF),** v. 23, n. 91, México, 2023. Disponível em: https://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1665-26732023000100009

DEUEL R. Governing higher education toward neoliberal governmentality: a Foucauldian discourse analysis of global policy agendas. **Globalisation, Societies and Education**, v. 20, n 13, 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/350067968_Governing_higher_education_toward_neoliberal_governmentality_a_Foucauldian_discourse_analysis_of_global_policy_agendas

DI PIERRO, M. C. Descentralização, focalização e parceria: uma análise das tendências nas políticas públicas de educação de jovens e adultos. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 321–337, jul./dez. 2001. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ep/a/ymnnxqhRj7KXD5mtckWrnfv/

DOMICIANO, C. Nova gestão pública e programa 'nave-mãe': caminhos comuns à privatização. **Educação em Revista,** v. 36, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/edur/a/rh7LcvsPvzyKGzQFrYbnwhn/abstract/?lang=pt

EDWARDS JR., D. B.; MOSCHETTI, M. C.; CARAVACA, A. **Tendencias de privatización en la educación dominicana**: heterarquías, gobernanza en red y nueva filantropía. Bruselas: Internacional de la Educación, 2020.

EDWARDS, Michael. Philanthrocapitalism and its limits. **The International Journal of Not-for-Profit Law,** Washington, DC, v. 10, n. 2, apr. 2008. Disponível em: https://www.icnl.org/resources/research/ijnl/philanthrocapitalism-and-its-limits-2

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2008.

ENGUITA, M. **A Face Oculta da Escola**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO. **Conheça o ES em Ação**. 2020. Disponível em: https://es-acao.org.br/conheca-o-es-em-acao/

EVANGELISTA, O. Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional. In: ARAÚJO, R. M. L.; RODRIGUES, D. S. (Orgs.). **A pesquisa em trabalho, educação e políticas educacionais.** 1ed. Campinas, SP: Alínea, 2012, v. 1, p. 52-71.

EVANGELISTA, Olinda; LEHER, Roberto. Todos pela Educação e o episódio Costin no MEC: a pedagogia do capital em ação na política educacional brasileira. **Trabalho Necessário**, v. 10, n. 15, 2012. Disponível em: https://sintrasem.org.br/sites/default/files/tn1519_artigo_roberto_leher_e_olinda_evangelista.pdf

FARIA, C. G. A privatização da política educacional brasileira: o papel do Movimento Pela Base Nacional Comum na ampliação do modelo de governança de Estado. **Tese (Doutorado em Educação)**, Universidade Federal do Paraná, Setor de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Curitiba, 2022.

FARIA, J. Competências socioemocionais: avanço sobre as políticas de educação sul-americanas e alinhamentos à OCDE. 2026. 324 f. **Dissertação (Mestrado em Educação)**, Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Rio Claro, 2026.

FARIAS, A. M. O Conglomerado de Aparelhos Privados de Hegemonia Empresariais Lemann e sócios na "seleção pública" de pessoas para a gestão educacional do Estado do Paraná. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 18, p. 1-27, 2023. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/20670

FÁVERO, A.; CENTENARO, J. A pesquisa documental nas investigações de políticas educacionais: potencialidades e limites. **Revista Contrapontos**, Itajaí, v. 19, n. 1, p. 1–18, 2019. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-71142019000100170

FERREIRA, E.; FONSECA, M., ALVES, E. A interferência do Banco Mundial no ensino secundário brasileiro: experiências históricas e desafios atuais. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 14, n. 03, 2019. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/12757/9437

FREITAS, L. C. Os reformadores empresariais da educação: da desvalorização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Educação e Sociedade**, v. 33 (n.119), 379-404, 2012. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302012000200004

FREITAS, L. C. Bancada da Lemann. Avaliação Educacional – Blog do Freitas, 25 jul. 2020. Disponível em https://avaliacaoeducacional.com/2020/07/25/bancada-da-lemann/

FRIEDRICH, D. Global Microlending in Education Reform: Ensena por Argentina and the Neoliberalization of the Grassroots. **Comparative Education Review**, v. 58, n. 02, 2014. Disponível em: https://www.journals.uchicago.edu/doi/epdf/10.1086/675412

FRIGOTTO, G. **A Produtividade da Escola Improdutiva**: (re)exame da relação entre educação e estrutura econômico-social capitalista. São Paulo: Cortez, 1996

FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1995. 231.

FRIGOTTO, G. Educação e formação humana: ajuste neoconservador e alternativa democrática. In: GENTILLI, P. SILVA, T. (Orgs.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação**: visões críticas. 15 ed. Petrópolis: Vozes, 2015, p. 31-92.

FUNDAÇÃO ITAÚ PARA A EDUCAÇÃO E CULTURA. **Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2019 e relatório do auditor independente**. São Paulo: Fundação Itaú para a Educação e Cultura, 2019. Disponível em: https://www.itausocial.org.br/wp-content/uploads/2018/05/Fundacao-itau-demonstracao-financeira-2019.pdf

FUNDAÇÃO LEMANN. **BNCC Computação: implementação obrigatória nos currículos brasileiros começa em 2026.** 8 jan. 2026a. Disponível em: https://fundacaolemann.org.br/noticias/bncc-computacao/?gad_source=1&gad_campaignid=22837000224&gbraid=0AAAADotaniru_ODrlhU9SJVZixUqKm_f&gclid=Cj0KCQjw_vnQBhCxARIsADcZyxLYPktyZBmPjz8V4teMQ4QJawgBocrxawm4HxI-aGMJ5gJehiHyh1waAjyvEALw_wcB

FUNDAÇÃO LEMANN. **Dois anos da Estratégia Nacional de Escolas Conectadas**: transformando a conectividade educacional no Brasil. 1 out. 2025. Disponível em: https://fundacaolemann.org.br/noticias/dois-anos-da-estrategia-nacional-de-escolas-conectadas-transformando-a-conectividade-educacional-no-brasil/

FUNDAÇÃO LEMANN. **Por que criar uma Aliança de Inteligência Artificial para Educação?** 7 nov. 2024. Disponível em: https://fundacaolemann.org.br/noticias/por-que-criar-uma-alianca-de-inteligencia-artificial-para-educacao/?gad_source=1&gad_campaignid=22852192275&gbraid=0AAAADotanitFK8puvmER09UrItNtoNZ3&gclid=Cj0KCQjw8PDPBhCeARIsAOJwmWWdIqepYM2-XusCGTliFI81uVo1V_OkRebGGemRcmCrvb0KQ4zvEaAaAps5EALw_wcB

FUNDAÇÃO LEMANN. Programa Formar. 2024a. Disponível em: https://relatorioanual2024.fundacaolemann.org.br/iniciativas/formar/

FUNDAÇÃO LEMANN. **Quem somos**. [S.l.]: [s.n.], 2026. Disponível em: https://fundacaolemann.org.br/

GALAZZI, L., GÓMEZ, D.; VÁZQUEZ, M. Políticas mundializadas de formación docente: propuestas para una lectura filosófica. **Praxis & Saber**, v. 10, n. 22, 2019. Disponível em: https://revistas.uptc.edu.co/index.php/praxis_saber/article/view/9308

GALINDO, M.; GÓMEZ, C.; FREDDY, R.; ALEJANDRA, M. Repercusión del proyecto neoliberal en la educación superior en Colombia. **El Ágora**, v. 15, n. 01, 2015. Disponível em: https://revistas.usb.edu.co/index.php/Agora/article/view/3

GARCÍA T.; ADRIAO T. Privatização da gestão escolar no Brasil: controle digital e interesses corporativos. **Profesorado, Revista De Currículum Y Formación Del Profesorado**, v. 27, n. 1, p. 81–102, 2023.

GARCIA, Teise. Gestão democrática e a participação dos educandos: um caso em estudo. 2003. **Tese (Doutorado)** – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

GARCIA, TEISE. Privatização da Educação Básica: a rede estadual do Espírito Santo (2005-2018). In: VENCO, S.; BERTAGNA, R.; GARCIA, TEISE. (Org.). **Currículo, gestão e oferta da educação básica brasileira:** Incidência de atores privados nos sistemas estaduais das regiões Nordeste e Sudeste (2005-2018). São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. 403p.

GARCIA, TEISE., ADRIÃO, THERESA, DRABACH, N., SANTOS, M. Segunda geração de privatização da educação paulista: a articulação sistêmica dos atores empresariais paulista. **Pro-Posições**, Campinas, SP, v. 34, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pp/a/xKYHH3HkQjWcLyBCW3SmGyC/?format=pdf&lang=pt

GARCIA, TEISE.; BRAZÍLIO, S.; KALEDA, B. Privatização na Rede Estadual de ensino de Minas Gerais: programas e atores privados na gestão educacional entre 2005 e 2015. In: GARCIA, TEISE; ADRIÃO, THERESA (orgs.) **Currículo, gestão e oferta da educação básica brasileira**: incidências de atores privados nos sistemas estaduais (2005-2015). Curitiba: CRV, 2018. 196 p.

GARCIA. T. A gestão escolar no contexto da privatização na Educação Básica. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 2, n. esp. 3, dez. 2018. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/12232

GESTO, I. G. La gobernanza corporativa de la educación en Ecuador y el filantro-capitalismo. In: HERRERA, L. (Coord.). **Cosmopolítica, democracia, gobernanza y utopía:** análisis transdisciplinares en diferentes contextos. Cuenca (Ecuador): Editorial Centro de Estudio Sociales de América Latina – Red de Estudios Críticos-Latinoamérica y el Caribe (REC-Latinoamérica), 2020. p. 118–166.

GIL GESTO, I. (2017). La política educativa del gobierno de la Revolución Ciudadana en Ecuador (2007-2017) y la gobernanza corporativa de la educación de corte filantrópico, (**tesis doctoral**). A Coruña: Universidad de A Coruña. Recuperado de: Disponível em: http://hdl.handle.net/2183/20805

GINIGER, N.; WANSCHELBAUM, C. Cimientos de la privatización educativa: Terrorismo de Estado, Responsabilidad Social Empresaria y Educación durante el gobierno de Mauricio Macri. **Revista Pilquén, Sección Ciencias Sociales**, v. 25, n. 3, p. 47-54, jul./set. 2022. Disponível em: https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/201294

GIROTTO, E. D. Entre o abstracionismo pedagógico e os territórios de luta: a base nacional comum curricular e a defesa da escola pública. **Rev. Horizontes**, v. 36, n. 1, p. 16-30, jan./abr. 2018, P. 16-30. Disponível em: https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/603/257

GOERGEN, P. A educação como direito de cidadania e responsabilidade do estado. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 34, n. 124, p. 723-742, 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/fnSxbMMFwkM6kqxVrR5Z8Gc/?format=pdf&lang=pt

GONZÁLEZ, J. A.; CORBALÁN, F.; PARRA, D.; CÓSTOLA, A. Los rostros de la privatización de la educación en Chile. **Cadernos CEDES,** no prelo.

GRAMSCI, A. **Seleções dos Cadernos do Cárcere**. Nova York, International Publishers, 2001.

GRAMSCI, Antônio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GUERRA, D.; FIGUEIREDO, I. Proposições do Banco Mundial para a política educacional brasileira (2016-2018). **Educação e Pesquisa,** São Paulo, v. 47, 2021.

GUERRA, Dhyovana; FIGUEIREDO, Ireni; ZANARDINI, Isaura. Políticas sociais e o direito à educação. **RIAEE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 15, n. esp. 3, p. 2188–2203, nov. 2020. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/14425/9964

GUIMARÃES, C. Educação pública, lógica privada: Entrevista com Roberto Leher, professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). **EPSJV/Fiocruz,** 2013. Disponível em: https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/revista_poli_-_27.pdf

HARDT, M.; NEGRI, A. Empire (Cambridge, Massachusetts. Harvard University Press), 2000.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1992.

HARVEY, D. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, David (2005): A brief history of neoliberalism (Oxford, Oxford University Press).

HETKOWSKI, T.; CILINDRO, T. Google for education: estudo de caso na rede municipal de Salvador, Bahia. **Dialogia**, São Paulo, n. 39, p. 1-16, 2021. Disponível em: https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/download/20621/9384/93343

IANNI, O. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

IEDE – Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional. **Quem somos.** [S.l.]: [s.n.], [s.d.]. Disponível em: https://www.portaliede.com.br/o-iede-atuacao/

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Censo da Educação Básica Estadual 2019** – Espírito Santo. Brasília: INEP, 2020. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_do_estado_do_espirito_santo_censo_da_educacao_basica_2019.pdf

INSTITUTO NATURA. **Sobre o Instituto Natura.** [S.l.]: [s.n.], [s.d.]. Disponível em: https://www.institutonatura.org/

INSTITUTO UNIBANCO. **Caminhos para a qualidade da educação pública**: impactos e evidências. São Paulo: Fundação Santillana, 2017. Disponível em: https://www.fundacaosantillana.org.br/wp-content/uploads/2020/07/CaminhosQualidadeImpactos.pdf

INSTITUTO UNIBANCO. **Relatório de atividades 2024**. 2025. Disponível em: https://www.institutounibanco.org.br/wp-content/uploads/2025/06/Instituto_Unibanco_RA_2024.pdf

INSTITUTO UNIBANCO. **Sobre nós.** [S.l.]: [s.n.], [s.d.]. Disponível em: https://www.institutounibanco.org.br/

ITAÚ EDUCAÇÃO E TRABALHO. **Quem somos**. [S.l.]: [s.n.], [s.d.]. Disponível em: https://www.itaueducacaoetrabalho.org.br/institucional/quem-somos

ITAÚ SOCIAL. **Institucional**. [S.l.]: [s.n.], [s.d.]. Disponível em: https://www.itausocial.org.br/

ITAÚ SOCIAL. **Sobre**. [S.l.]: [s.n.], [s.d.]. Disponível em: https://www.itausocial.org.br/.

JACOBI, P. R.; GÜNTHER, W. M. R. e GIATTI, L. L. Agenda 21 e Governança. São Paulo, **Estudos Avançados**, v. 26, n. 74, 2012, p. 331-339. Disponível em: https://revistas.usp.br/eav/article/view/10644

JARQUÍN RAMÍREZ, M. Capitalismo de plataformas, corporaciones y filantropía en la nueva escuela mexicana online. **Profesorado, Revista de Currículum y Formación del Profesorado**, v. 27, n. 1, p. 151–173, 2023. Disponível em: https://revistaseug.ugr.es/index.php/profesorado/article/view/24644

JARQUÍN RAMÍREZ, M.; DÍEZ GUTIÉRREZ, E. Google en Iberoamérica: expansión corporativa y capitalismo digital en educación. **Revista Española de Educación Comparada**, n. 42, p. 240–260, 2022. Disponível em: https://revistas.uned.es/index.php/REEC/article/view/34322

JESSOP, B. **A globalização e o Estado nacional**. Crítica Marxista, São Paulo, Xamã, v.1, n.7, 1998, p.9-45.

JESSOP, B. Multi-level Governance and Multi-level Metagovernance: Changes in the European Union as Integral Moments in the Transformation and Reorientation of Contemporary Statehood', in Ian Bache, and Matthew Flinders (eds), **Multi-level Governance,** Oxford, 2004. Disponível em: https://doi.org/10.1093/0199259259.003.0004

JESSOP, B. **O Estado:** passado, presente e futuro. A revisão mais completa da teoria do Estado nos últimos trinta anos. Editora Catarana**,** 2017.

JESSOP, B. State Theory. In: ANSELL, C.; TORFING, J. (eds.). **Handbook on Theories of Governance**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2016. p. 71-85.

JESSOP, B. The 'return' of the national state in the current crisis of the world market. **Capital & Class**, v. *34, n.* 1, p. 38-43, 2010. Disponível em: https://doi.org/10.1177/0309816809353480

JESSOP, B. **The future of the capitalist state**. Cambridge: Polity, 2002.

KOLLECK, N. The power of third sector organizations in public education. **Journal of Educational Administration**, v. 57, n. 4, p. 411-425, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1108/JEA-08-2018-0142

KRIPKA, R. M. L.; SCHELLER, M.; BONOTTO, D. L. Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização. **Revista de investigaciones** UNAD Bogotá, n. 14, 2015, p. 55-73. file:///C:/Users/Andresa/OneDrive/Desktop/Administrador,+04_Pesquisa+documental+na+pesquisa+qualitativa.pdf

LEHER, R. Reforma do Estado: o privado contra o público. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 203–228, 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tes/a/NhjhPwHSQNc99GT6kjdCNDC/abstract/?lang=pt

LÉLIS, Ú. A.; RICHTER, L. M.; SOUZA, V. A.; EULÁLIO, W. E. S. Redes de políticas, terceiro setor e os movimentos de privatização da educação brasileira. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, Tocantinópolis, v. 5, 2020 Disponível em: https://periodicos.ufnt.edu.br/index.php/campo/article/view/10845

LIMA, K.; NOBRE, G.; GARCIA, F. A influência dos organismos multilaterais na implementação de políticas educacionais brasileiras e a formação do sujeito glocal. **Currículo sem Fronteiras**, v. 22, 2022. Disponível em: https://www.curriculosemfronteiras.org/vol22articles/2141-lima-nobre-garcia.pdf

LIMA, R.; FASSARELLA, L. Programa de avaliação da Educação Básica do Espírito Santo: repercussões nas escolas e no Ensino de matemática. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.,** Rio de Janeiro, v.30, n.117, p. 1089-1111, out./dez. 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ensaio/a/7nQyRkfR9nbb3vd53LtttYR/?format=pdf

LOBO G.; CASTRO A. Agenda global da educação e expansão da Educação Superior. **Praxis Educativa**, v. 18, p. 1–17, 2023. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/21286

LÓPEZ, J., MORENO, D. Privatización de la provisión educativa en Chile: caracterización de los proveedores educativos de una comuna popular urbana. **Educação & Sociedade**, v. 37, n. 134, p.91-112, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/BCvDKyVzKqMQPKMZTSd6pvt/?format=pdf&lang=es

LÓPEZ, J.; MORENO, D. O poder corporativo no debate educacional e constitucional no Chile. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v.37, n.79, p. 267-290, 2023. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/66105.

LUBIENSKI C. Sector distinctions and the privatization of public education policymaking. **Theory and Research un Education**, v. 14, 2016. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1477878516635332

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

LUZ, L. X. Participação do empresariado na educação no Brasil e na Argentina. **Tese (Doutorado em Educação)** – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP, 2009.

MAGALHÃES, A., CRUZ, J. O "pacto pela educação" e o mistério do "todos": estado social e contrarreforma burguesa no Brasil. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n.34, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/edur/a/WqvyLwMMDWZvpSfdNGvRjrc/?format=pdf&lang=pt

MARIN, T. **As narrativas da privatização da educação básica na mídia brasileira**. Anpae, Campinas, SP, 2024.

MARTINIS, P. Think tanks, redes de gobernanza y política educativa en Uruguay. **Profesorado, Revista De Currículum Y Formación Del Profesorado**, v. 27, n. 1, p. 103–128, 2023. Disponível em: https://revistaseug.ugr.es/index.php/profesorado/article/view/26246

MARTINS, A.; SOUZA, C.; PINA, L. Empresas Sociais e a Privatização de Novo Tipo da Educação Básica: Um Estudo sobre a Relação Público-Privada em Cidades de Minas Gerais-Brasil. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 28, n. 183, 2020. file:///C:/Users/Andresa/OneDrive/Desktop/pkpadmin,+Martins+et+al+FNL.pdf

MARTINS, E. Convergência de interesses na reforma educacional na América Latina e no Caribe: genealogia e atuação de uma rede de governança multinível. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 19, p. 1-25, 2024. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/22852

MARTINS, E. M. **Todos pela Educação**: Como os empresários estão determinando a política educacional Brasileira. Lamparinha, 2016.

MARTINS, E.; KRAWCZYKI, N. Estratégias e incidência empresarial na atual política educacional brasileira: O caso do movimento 'Todos Pela Educação'. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 31, n. 1, p. 4-20, 2020. Disponível em: https://revistas.rcaap.pt/rpe/article/view/12674

MARTINS, Erika; KRAWCZYK, Nora. Estratégias e incidência empresarial na atual política educacional brasileira: o caso do movimento "Todos Pela Educação". **Revista Portuguesa de Educação**, Braga, v. 31, n. 1, p. 4–20, 2018. Disponível em: https://scielo.pt/pdf/rpe/v31n1/v31n1a02.pdf

MARX, Karl. O Capital: Crítica da economia política. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATOVICH, I.; CARDINI, A. New philanthropy and global policy networks in education: The case of Argentina. **En *Philanthropy in Education***, p. 179-197, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/337558145_New_philanthropy_and_global_policy_networks_in_education_the_case_of_Argentina

MATOVICH, I.; ESPER, T. Following New Philanthropy by Network Ethnography: How Did the Varkey Foundation Land and Expand in Latin America? **ECNU Review of Education** v. 6, n. 4, 2023. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/20965311231168422

MATTOS, M.; SILVA, M. Precarização e privatização das políticas públicas na educação a distância. Educação, 2020. **Educação**, [S. l.], v. 45, n. 1, p. 1–22, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/reveducacao/article/view/35216

MATTOS, S.; CESTARI, V.; MOREIRA, T. Scoping protocol review: PRISMA-ScR guide refinement. **Revista Enfermagem UFPI**, Piauí, v. 12, n. 1, 2023. Disponível em: https://periodicos.ufpi.br/index.php/reufpi/article/view/3062

MEDEIROS, I. A atuação do Instituto Natura na educação pública brasileira (2010-2014). 2015. **Dissertação (Mestrado em Educação).** Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/handle/tede/8564

MERTZIG, P.; MENDONÇA, C.; COSTA, M. Políticas públicas para a educação no Brasil: do terceiro setor ao processo de privatização do ensino superior. **EccoS – Revista Científica**, [S. l.], n. 59, 2021. Disponível em: https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/10781

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria de transição. São Paulo: Boitempo, 2011.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Relatório de Gestão da SECAD** – 2006. Brasília – DF, fevereiro 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=18661-secadi-relatorio-gestao-mec-2006-pdf&Itemid=30192

MIRANDA, M., CUNHA, M., PEREIRA, R. Arranjos institucionais para a gestão da educação em territórios da Bahia: tensões entre o público e o privado. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 36, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/er/a/vnBNTF9hxcdR7FmBgvhbz3F/?format=pdf&lang=pt

MOHER, D.; LIBERATI, A.; TETZLAFF, J.; ALTMAN, D. G. Preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses: the PRISMA statement. **BMJ**, v. 339, 2009. Disponível em: https://doi.org/10.1136/bmj.b2535

MOIMAZ, Rodolfo. Fundação Itaú Social, Renaissance 2010, desigualdades e segregação: análise crítica da aplicação do modelo educacional estadunidense no Brasil. **Pro-Posições**, Campinas, v. 35, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pp/a/dcPwTFPkFnxH3wLFzfhwQcN/?format=pdf&lang=pt

MONTAÑO, J. **Terceiro Setor e Questão Social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

MORAES, C.; REIS, E.; ALENCAR, F. Educação profissional paulista e relações público-privadas na política curricular: Centro "Paula Souza" (1995-2018). **Revista Brasileira de Educação**, v. 27, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/GWC9cxLPgkRdGdNYwBzMzjS/?format=pdf&lang=pt

MORENO, D.; LÓPEZ, J. Privatización de la educación y poder corporativo: El fenómeno en una comuna urbano-popular en Santiago de Chile. **Educação: Teoria e Prática,** Rio Claro, v. 25, n. 50, 2015. Disponível em: https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/9713

MORETO, J. Formação continuada de professores - professores excelentes: proposições do Banco Mundial. **Revista Brasileira de Educação**, v. 25, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/bHkbCfMzMCMsHzyhGgr5QHs/?format=pdf&lang=pt

MORGAN, K. A Fundação Itaú Social e a Produção de Conhecimento em Educação. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação** - Periódico científico editado pela ANPAE, v. 38, 2022. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/121730

MORGAN, K. Concepções privatistas na esfera pública estatal uma análise da "Matriz Nacional Comum de Competências do Diretor Escolar". **Education Policy Analysis Archives,** v. 31, n. 57, 2023. Disponível em: https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/download/7714/3106/35864

MORGAN, K. V. Um Itaú de vantagens feito pra você? A ação da Fundação Itaú Social na educação pública brasileira. 210f. **Tese (Doutorado em Educação)**, Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020. Disponível em: https://app.uff.br/riuff/handle/1/16004

MORGAN, K.; MOCARZEL, M. Mecanismos de privatização da educação pública: análise de elos relacionais do Instituto Natura com braços sociais dos bancos privados. In: **XI Encontro Anual da FINEDUCA, Eixo Temático: Relações Público-Privadas no Financiamento da Educação**, p. 91-95, 2023. Disponível em: https://fineduca.org.br/wp-content/uploads/2024/02/Eixo-4-Relacoes-publico-privadas-no-financiamento-da-educacao.pdf

MOSCHETTI, M.; PONS, M.; BORDOLI, E.; MARTINIS, P. The increasing role of non-State actors in education policy-making. Evidence from Uruguay. **Journal of Education Policy**, v. 35, n. 03, p. 367–393, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1080/02680939.2018.1562569.

MOTA Jr., W.; MAUÉS, O. O Banco Mundial e as políticas educacionais brasileiras. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 39, n. 4, p. 1137-1152, out./dez. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/edreal/a/bgZNpXhs47jqmwpP6FDqLgF .

MUELLER, R.; CECHINEL, A. A privatização da educação brasileira e a BNCC do Ensino Médio: parceria para as competências socioemocionais. **Educação**, v. 45, n. 1,

p. 1–22, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/reveducacao/article/view/35680

MUNDIM, M.; SILVA, L. Gerencialismo estatal e a relação público - privada na educação em Goiás. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 15, n, 31, p. 102-122, 2019. Disponível em: http://periodicos2.uesb.br/praxis/article/view/4662

MUNDY, K.; VERGER, A. The World Bank and the global governance of education in a changing world order. **International Journal of Educational Development**, v. 40, p. 9-18, 2015. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S073805931400145X

MUNÉVAR, M. ¿Qué es la gobernanza y para qué sirve? **RAI – Revista Análisis Internacional**, n. 02, 2010. Disponível em: https://revistas.utadeo.edu.co/index.php/RAI/article/view/24/26

MUSSALIM, F. Análise do Discurso. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. (org.) **Introdução à Linguística**: domínios e fronteiras, Editora Cortez, 2004, v. 02, p. 101-142.

MUSSALIM, F. Aspectos da semântica discursiva do modernismo brasileiro: polêmica e interincompreensão em torno da noção de "cópia". **ALFA: Revista de Linguística**, São Paulo, v. 53, n. 1, 2009. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/1677

NOGUEIRA, S.; COSTA, N.; SANTIAGO, D. A lógica conservadora da relação público-privada na educação que contrapõe a gestão democrática e a qualidade do ensino público. **Práxis Educativa**, v. 15, p. 1–15, 2020. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/15357

NOVAES, L.; SILVA, T. As Recomendações de Organismos Internacionais na Política Educacional Paulista. **Education Policy Analysis Archives**, v. 28, n. 175, 2020. Disponível em: https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/download/4389/2549/24900

NOVAES, R,; SOARES, A.; ADRIÃO, THERESA; TELLES, S. Educação física escolar e filantrocapitalismo: o "Impulsiona" e a privatização de uma narrativa curricular. **Currículo sem Fronteiras**, v. 21, n. 3, p. 1374-1404, 2021. Disponível em: https://www.curriculosemfronteiras.org/vol21iss3articles/novaes-soares-adriao-telles.pdf

OLMEDO, A. Heterarquias e "governança filantrópica" global: implicações e controvérsias para o controle social das políticas públicas. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 2, n. 2, 18 fev. 2013. Disponível em: http://www.seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/24803

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 1999

ORLANDI, E. P. Michel Pêcheux e a Análise de Discurso. **Estudos da Língua(gem),** Vitória da Conquista, n.1, p. 9-13, 2005.

PASINI, J. F. S.; COSSETIN, M.; DOLLA, M. C. As prescrições da UNESCO nos Relatórios Globais de Aprendizagem: uma análise sobre "Qualidade" e "Avaliação" para a Educação de Jovens e Adultos. **Educar em Revista**, v. 40, n. 1, 2024. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/94036

PAULA, A.; PEREIRA, K.; COSTA, F.; LIMA, K. The imperialist's conditionalities for peripheral higher education privatization policy. **Journal for Critical Education Policy Studies**, v. 17, n. 2, p. 88-114, 2019. Disponível em: http://www.jceps.com/wp-content/uploads/2019/08/17-2-4-alisli.pdf

PÊCHEUX, M. Capítulo VII "A análise de discurso: três épocas". In: GADET, F. & HAK, T. (Org.) **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas, Unicamp, pp. 61-87, 1990.

PÊCHEUX, Michel. Capítulo "A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas". In: GADET, F. & HAK, T. (Org.) **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas, Unicamp, pp. 61-87, 1990a.

PÊCHEUX. M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da UNICAMP, 1975, 317 p.

PEREDA, C. Fundaciones privadas en la educación media pública de Uruguay. Archivos **Analíticos de Políticas Educativas**, v. 27, n. 150, 2019. Disponível em: https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/download/3562/2343/20656

PEREDA, C. Organizaciones sociales, fundaciones privadas y empresas en la educación pública de Uruguay. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 185-211, 2018. Disponível em: https://www.curriculosemfronteiras.org/vol18iss1articles/pereda.pdf

PEREIRA, E. M.; COSSETIN, M.; GARCIA, T. O Programa Jovem de Futuro no Pará e as implicações para o Direito Humano à Educação – DHE. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 37, n. 79, 2023. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/65579

PEREIRA, J. A agenda educacional do Banco Mundial em tempos de ajuste e pandemia. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 47, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ep/a/dBBDx5MDnrvWqWm5TqmxZPp/?format=pdf&lang=pt

PEREIRA, J.; PLETSCH, M. The World Bank's educational agenda for people with disabilities and the Brazilian case. **Revista Brasileira de Educação,** v. 26, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/xDsHSq9wHbnyCM37Z9dmdkS/?format=pdf&lang=en

PEREIRA, R. S. Governança corporativa na política educacional: o papel da OCDE. **Revista Práxis Educacional**, 2019, Vitória da Conquista, v. 15, n. 31, p. 123-146, 2019. Disponível em: http://periodicos2.uesb.br/praxis/article/view/4663

PERONI, V. A gestão democrática da educação em tempos de parceria entre o público e o privado. **Pro-Posições**, Campinas, v. 23, n. 2, p. 19-31, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pp/a/tpC76cg8bvZGYZJW5BwSfkR/?format=pdf&lang=pt

PERONI, V. M. As nebulosas fronteiras entre o público e o privado na educação básica brasileira. **37ª Reunião Nacional da ANPEd**, UFSC – Florianópolis, 2015. Disponível em: https://www.anped.org.br/biblioteca/item/nebulosas-fronteiras-entre-o-publico-e-o-privado-na-educacao-basica-brasileira

PERONI, V. M. C.; SUSIN, L. M.; MONTANO, P. S. A Relação Público-Privada na Oferta da Educação Infantil em Porto Alegre. **Educação & Realidade**, v. 46, n. 3, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/edreal/a/5FVKMy5LxkKyMKRrPXNH5mp/?format=pdf&lang=pt

PERONI, V. M. V.; CAETANO, M. R. Atuação em rede e o Projeto Jovem de Futuro: a privatização do público. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 41, n. 2, p. 407–428, abr./jun. 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/edreal/a/QR3JHkmfxv77hKKHd4kGZwM/abstract/?lang=pt

PERONI, V. M. V.; OLIVEIRA, D. A.; FERNANDES, R. Estado e terceiro setor: as novas regulações entre o público e o privado na gestão da educação básica brasileira. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 108, p. 761-778, 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/3hCRykScyQK57qF4NtpkPQk/?format=pdf&lang=pt

PERONI, V. Relação público-privado no contexto de neoconservadorismo no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, Educação & Sociedade, Campinas, v. 41, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/gPNy6mbMhQVmfzrqX8tRz4N/?format=pdf&lang=pt

PERONI, V.; ADRIÃO, THERESA Apresentação da seção temática: Privatização da educação pública. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 5–7, 2018. Disponível em: https://www.curriculosemfronteiras.org/vol18iss1articles/apresentacao.pdf

PERONI, V.; CAETANO, M. Atuação em Rede e o Projeto Jovem de Futuro: a privatização do público. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 41, n. 2, p. 407-428, abr./jun. 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/edreal/a/QR3JHkmfxv77hKKHd4kGZwM/?format=pdf&lang=pt

PERONI, V.; CAETANO, M. R.; LIMA, P. Reformas educacionais de hoje: as implicações para a democracia. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 21, p. 415–432, jul./dez. 2017. Disponível em: https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/793

PERONI, V.; CAETANO, M.; LIMA, P. Reformas educacionais de hoje: As implicações para a democracia. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 21, p. 415-432, jul./dez. 2017. Disponível em: https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/793

PERONI, V.; OLIVEIRA, C. O marco regulatório e as parcerias público-privadas no contexto educacional. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 15, n. 31, p. 38–57, 2019. Disponível em: http://periodicos2.uesb.br/praxis/article/view/4657

PERONI, V.; OLIVEIRA, D. O curso Gestão para Aprendizagem da Fundação Lemann como processo de institucionalização do gerencialismo nas escolas de educação básica

alagoanas: implicações para a democratização da educação. **Educar em revista**, v. 36, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/er/a/mPRTSh9WRQXLV7ccQVpPpqt/?format=pdf&lang=pt

PERONI, V.M.; OLIVEIRA, R. T. C.; FERNANDES, M. D. E. Estado e terceiro setor: as novas regulações entre o público e o privado na gestão da educação básica brasileira. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 30, n. 108, p. 761-778, out. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302009000300007

PERONI, Vera M. As nebulosas fronteiras entre o público e o privado na educação básica brasileira. **37ª Reunião Nacional da ANPEd** – 04 a 08 de outubro de 2015, UFSC – Florianópolis. Disponível em: https://www.anped.org.br/biblioteca/item/nebulosas-fronteiras-entre-o-publico-e-o-privado-na-educacao-basica-brasileira

PINHEIRO, A. S.; ECHALAR, A. H. A.; QUEIROZ, M. A. As políticas públicas de livro didático no Brasil: editais do PNLD de Biologia em questão. **Educar em Revista**, v. 37, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/er/a/6TwVQGp7qtWrcBSCMV3zvNj/?format=pdf

PIOLLI, E.; SALA, M. A reforma do ensino médio e as reformas empresariais na educação. **EccoS – Revista Científica**, n. 62, p. e23197, 2022. Disponível em: https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/23197

policy networks in the context of Spanish education, Critical Studies in Education, 2016a. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/17508487.2016.1194302

POSSENTI, Sírio. **Os limites do Discurso**: Ensaios sobre discurso e sujeito. Capítulo 1, "O Discurso não é uma camada", p. 15 a 25. Criar Edições, Curitiba, 2002.

PUELLO-SOCARRÁS, J. F. Novo neoliberalismo: arquitetônica estatal no capitalismo do século XXI. REAd – **Revista Eletrônica de Administração**, Porto Alegre, v. 27, n. 1, p. 35–65, jan./abr. 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/read/a/qs78Hzvq84VTPxq7Vq9NnyH/abstract/?lang=pt

PUELLO-SOCARRÁS, J.F. **Nueva Gramática del Neo-liberalismo**: Itinerarios teóricos, trayectorias intelectuales, claves ideológicas. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, Facultad de Derecho, Ciencias Políticas y Sociales, 2008.

QUADROS, S. F.; KRAWCZYK, N. Educando pelas métricas do mercado: as propostas do empresariado para a juventude da classe trabalhadora e a reforma do ensino médio. **SciELO Preprints**, 2021. Disponível em: https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/2239/3724

QUADROS, S.; KRAWCZYK, N. Educando a juventude trabalhadora pelas métricas do mercado. **Educação em Revista**, v. 40, 2024. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/edrevista/article/view/34470

QUEIROZ, L. M. G. Políticas de educação e terceiro setor: o papel do Itaú Social na construção do pacto pela educação no Pará. **Revista Interdisciplinar**, Dossiê: Trabalho e Educação Básica v. 1. n. 16. Jun. 2017. (p. 25-39). Disponível em: https://www.periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/download/5381/4501

QUEZADA, R. Influencia supranacional de la UNESCO en la educación superior Latinoamericana em el nuevo Milenio. **Revista Española de Educación Comparada**, *v.* 37, p. 63–88, 2021. Disponível em: https://revistas.uned.es/index.php/REEC/article/view/27884

RANDOLPH, R. Política, planejamento e governança do desenvolvimento regional - quo vadis? **Redes - Santa Cruz do Sul**: Universidade de Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 1, 2017. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6354628

RAVITCH, D. **Vida e morte do grande sistema escola americano**: como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação. Porto Alegre: Sulina, 2011.

REICH, R.; CORDELLI, C.; BERNHOLZ, L.(ed.). **Philanthropy in democratic societies**: history, institutions, values. Chicago: University of Chicago Press, 2016. Disponível em: ttps://doi.org/10.7208/chicago/9780226335780.001.0001.

REIS, J.; GONZAGA, J.; CAETANO, M. Relações entre o público e o privado na educação brasileira: uma reflexão sobre o future-se. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 16, n. 38, p. 283–305, 2020. Disponível em: http://periodicos2.uesb.br/praxis/article/view/6009

REISER, D. B. Disruptive Philanthropy: Chan-Zuckerberg, the limited liability company, and the millionaire next door. **Florida Law Review**, vol. 70, p. 921-669, 2018. Disponível em: https://scholarship.law.ufl.edu/flr/vol70/iss5/1/

RHODES, R. A. W. **The New Governance**: governing without government. Political Studies, Oxford, v. 44, n. 4, p. 652-667, 1996. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/10.1111/j.1467-9248.1996.tb01747.x

RIBEIRO, A.; ARAÚJO, R.; IWASSE, L. Banco mundial, políticas de avaliação e rendimento escolar: os descaminhos do ensino público no Brasil. **Nuances: estudos sobre Educação**, v. 30, n. 1, 2019. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/6413

RIKOWSKI, G. Privatização em educação e formas de mercadoria. **Retratos da Escola**, v. 11, n. 21, p. 393–414, 2018. Disponível em: https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/810

RÍOS, C.; URBANO-CANAL N. The World Bank and Education Policy in Colombia: A Comparative Analysis of the Effects of International Organizations' Learning on Domestic Policy. **Journal of Comparative Policy Analysis: Research and Practice**, v. *25, n.* 1, p. 101–117. Disponível em: https://doi.org/10.1080/13876988.2021.1991796

ROBERTSON, S.; VERGER, A. A origem das parcerias público-privada na governança global da educação. **Educ. Soc**., Campinas, v. 33, n. 121, p. 1133-1156, out.-dez. 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/J4LqqtJBmwML9cR4dg8p65L/?format=pdf&lang=pt

RODRIGUES F.; ALBUQUERQUE S.; SILVA D. Base nacional comum curricular para a educação infantil: a atuação de uma fundação privada no contexto da pandemia.

Currículo sem Fronteiras, v. 23, 2023. Disponível em: https://www.curriculosemfronteiras.org/vol23articles/1134.pdf

RODRIGUES, P.P. Instituto Unibanco e o Projeto Jovem de Futuro: uma forma de inserção dos empresários nas políticas educacionais para o ensino médio. **Dissertação (Mestrado em Educação)**, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2016. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59140/tde-21082016-203528/publico/DissertacaodeMestradocorrigida.pdf

RODRÍGUEZ, L.; VIOR, S. Las actividades de los grupos empresarios argentinos en educación (1990-2015): Expresión local de una nueva pedagogía global de alianzas público-privadas para enfrentar la cuestión social. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 284-310, 2018. Disponível em: https://www.curriculosemfronteiras.org/vol18iss1articles/rodriguez-vior.pdf

SALTMAN, K. J. **The Gift of Education**: public education and venture philanthropy. New York, Palgrave Macmillan, 2010.

SALVADEO, J. Gestão de resultados na educação: as percepções de diretores sobre o Método de Melhoria de Resultados (MMR) da rede estadual paulista. **Dissertação (Mestrado)**, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Instituto de Biociências, Rio Claro, 2024. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/8299f8d2-a4ac-485a-a797-f6b2c51806db/content

SANTOS, A.; CHAVES, V. Influência de atores privados no fortalecimento da privatização da educação superior brasileira. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 41, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1590/ES.241276

SANTOS, Gwerson. Itaú Social?! Implicações do Programa Melhoria da Educação para a Gestão Democrática da Formação Continuada de Profissionais da Educação Infantil em Parauapebas-PA (2015-2023). 2024. **Dissertação (Mestrado em Educação)** – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/278996/001209138.pdf?sequence=1&isAllowed=y

SANTOS, M. **A normalidade da crise**. Folha de S.Paulo, São Paulo, 26 set. 1999. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs26099906.htm

SANTOS, M. **O dinheiro e o território**. Geographia: Revista da Pós-Graduação em Geografia, v. 1, n. ju 1999, p. 7-13, 1999.

SARTI, Flávia. Relações intergeracionais no mercado brasileiro de formação docente: antigos e novos desafios a considerar. **Pro-Posições**, Campinas, v. 32, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pp/a/NDptmxDmTrP9K7mHPZbD9cF/?format=pdf&lang=pt

SAURA, G. Filantrocapitalismo digital en educación: Covid-19, UNESCO, Google, Facebook y Microsoft. Teknokultura: **Revista de Cultura Digital y Movimientos Sociales**, 17(2), 159-168, 2020. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7568091

SAURA, G. Neoliberalización filantrópica y nuevas formas de privatización educativa: la red global Teach For All en España. **Revista de la Asociación de Sociología de la Educación – RASE**, v. 9, n. 2, 2016. Disponível em: https://turia.uv.es//index.php/RASE/article/view/8418

SAURA, G. Saving the world through neoliberalism: philanthropic

SCHERER, S. S.; NASCIMENTO, F. M.; CÓSSIO, M. F. Parcerias público-privadas: atuação do Instituto Ayrton Senna na educação pública do estado do RS. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 41, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/XMRvsCXjhmmWBJ3RtRXypKw/abstract/?lang=pt

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Escola de Gestão. [s. d.]. Disponível em: https://escoladegestao.educacao.sp.gov.br/conheca-o-programa/

SHIROMA, E. O. Networks in action: new actors and practices in education policy in Brazil. **Journal of Education Policy**, v. *29, n.* 3, p. 323–348, 2013. Disponível em: https://doi.org/10.1080/02680939.2013.831949

SHIROMA, E. O. Redes, experts e a internacionalização de políticas educacionais. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, v. 5, p. 1–22, 2019. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/retepe/article/view/14425

SHIROMA, E. O.; GARCIA, R. M. C.; CAMPOS R. F. Conversão das "almas" pela liturgia da palavra: uma análise do movimento Todos pela Educação. In: BALL S. J. e MAINARDES J. **Políticas educacionais**: questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011a.

SHIROMA, E; CAMPOS, R.; GARCIA, R. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. **Perspectiva**, v. 23, n. 2, p. 427–446, 2005. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/9769

SHIROMA, E; EVANGELISTA, O. Estado, capital e educação: reflexões sobre hegemonia e redes de governança. **Educação e Fronteiras**, Dourados, v. 4, n. 11, p. 21–38, 2015. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/educacao/article/view/4359

SILVA, A. International organizations and the technical and professional education networks in Latin America: A comparative analysis between Brazil and Mexico. **Research In Education,** v. 112, n. 01, 2022. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/00345237211034881

SILVA, A.; TRIPODI, Z. Organizações sociais e educação: perfis e tendências em marcos legais nordestinos. **Educação & Sociedade**, v. 42, n. 1, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/HxVX6dzZV3nj9zxgj5Z8htD/

SILVA, F. A.; DINIZ, J. M. Enredamentos históricos da participação da esfera privada na questão social e no setor educacional. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 35, n. 126, p. 905-926, out./dez. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/BccF36s7tP4SytsLTPKfNPb/abstract/?lang=pt

SILVA, G. R.; MELO, A. A. ENEM: propulsão ao mercado educacional Brasileiro no século XXI. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 43, n. 4, p. 1385-1404, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/edreal/a/ypQ7YWcNmtyGWVFbNXZH4XR/?lang=pt

SILVA, M.; FERREIRA N. Governar por números: política da organização para a cooperação e desenvolvimento econômico para a educação básica. **Revista Brasileira de Educação**, v. 27, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/qdwqLQwJJgsGsQyMt8qN8Rs/abstract/?lang=pt

SILVA, M.; LÉLIS, U.; PEREIRA, E. As relações entre as esferas pública e privada na oferta, gestão e currículo da Educação Básica em Minas Gerais – 2005 a 2018. In: VENCO, S.; BERTAGNA, R.; GARCIA, TEISE. [Orgs]. **Currículo, gestão e oferta da educação básica brasileira**: incidência de atores privados nos sistemas estaduais das regiões Nordeste e Sudeste (2005-2018), Vol. 3. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021, p. 301-327.

SILVA, M.; LIMA, L.; PAGNONCELLI, V. National education plan in Brazil (2014-2024): approach on the influence of economic policies of international organizations. **Dialogia**, São Paulo, n. 42, p. 1-19, 2022. Disponível em: https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/view/22169

SILVA, Patricia Kunrath; OLIVEN, Ruben George. Filantrocapitalismo versus filantropia para a justiça social: um debate norte-americano sobre como lidar com a pobreza. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 1–34, 2020. Disponível em: http://doi.org/10.1590/1678-49442020v26n1a204

SILVA, R. D.; OLIVEIRA, J. PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM 24 PAÍSES AFRICANOS: TENDÊNCIAS, PONTOS COMUNS E ATÍPICOS. Educação & Sociedade, 41, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/p9RyKML6HwprLvTZVLwsYzw/?format=pdf&lang=pt

SILVA, R.; OLIVEIRA, J. Privatização da educação em 24 países africanos: tendências, pontos comuns e atípicos. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 41, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/p9RyKML6HwprLvTZVLwsYzw/?format=pdf&lang=pt

SILVA, R.; OLIVEIRA, J. Privatização da educação em 24 países africanos: tendências, pontos comuns e atípicos. **Educ. Soc.,** Campinas, v. 41, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/p9RyKML6HwprLvTZVLwsYzw/?lang=pt

SORDI, M.; PEREIRA, M.; BERTAGNA, R. Avaliação externa no contexto da reforma empresarial: desafios para a qualidade social. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 13, n. 3, p. 1-08, set./dez. 2024. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/75232

SOUZA, A. L. L.; SILVA, A. F. da. A atuação do Instituto Natura na educação básica pública brasileira: dimensões e implicações sobre o direito à educação. **Jornal de Políticas Educacionais,** *v.* 17, 2023. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/87957

SOUZA, A.; COSTA, M. Reformas do ensino básico: tendências e limites. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 64, p. 477-494,

2009. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ensaio/a/hPYDnGMtpV8z7CwkCymSVhc/?lang=pt

SOUZA, A.; LOPES S.F. Movimento pela base, fundação Lemann... E o professor?: parceiros (i)legítimos no debate sobre educação pública**. Currículo sem Fronteiras**, v. 22, 2022. Disponível em: https://www.curriculosemfronteiras.org/vol22articles/2177-souza-lopes.pdf

SOUZA, A.; SILVA, A. A atuação do Instituto Natura na educação básica pública brasileira: dimensões e implicações sobre o direito à educação. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 17, n. 2, 2023. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/87957

SOUZA, Denise; SARTI, Flávia (Orgs.). **Mercado de formação docente**: constituição, funcionamento e dispositivos. Belo Horizonte: Fino Traço.

SOUZA, J.; MENDONÇA, D.; SILVA, B.; BENEDICTO, G. Desempenho econômico da maior empresa de serviços educacionais do mundo: um estudo da Kroton Educacional com base em seus segmentos operacionais. **Cuadernos de Contabilidad**, v. 18, n. 46, 2017. Disponível em: http://www.scielo.org.co/pdf/cuco/v18n46/0123-1472-cuco-18-46-00083.pdf

SOUZA, P.; SHIROMA, E. Análise da agenda 2030: a educação como estratégia na capturado fundo público. **Trabalho necessário**, v.20, n 42, 2022. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/375045974_ANALISE_DA_AGENDA_2030_A_EDUCACAO_COMO_ESTRATEGIA_NA_CAPTURA_DO_FUNDO_PUBLICO

TAMIÃO, Cecília. Concepção de gestão escolar na formação de diretores de escola ingressantes: análise de um curso semipresencial da rede estadual de ensino paulista. **Dissertação de mestrado** – Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2023. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/entities/publication/277396dc-284a-4256-b381-53ce5e8f2d13

TARANGO, J.; DELGADO, R.; MASTROMATTEO, J. Latin American academic and research Think Tanks: Characterization of a model and its presence in the region. **Information Development**, v. 35, n. 01, p. 165-170, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1177/0266666918815568

TARLAU, R. State Theory, Grassroots Agency, and Global Policy Transfer: The Life and Death of Colombia's Escuela Nueva in Brazil (1997-2012). **Comparative Education Review,** Chicago, v. 61, n. 4, p. 675–700, 2017. Disponível em: https://www.journals.uchicago.edu/doi/epdf/10.1086/693923

TARLAU, R.; MOELLER, K. O consenso por filantropia: Como uma fundação privada estabeleceu a BNCC no Brasil. **Currículo sem Fronteiras**, v. 20, n. 02, p. 553-603, 2020. Disponível em: https://www.curriculosemfronteiras.org/vol20iss2articles/tarlau-moeller.pdf

TARLAU, R.; MOELLER, K. Philanthropizing' consent: how a private foundation pushed through national learning standards in Brazil. **Journal of Education Policy**, v. 35, n. 03, p. 337-366, 2020. Disponível em: ttps://doi.org/10.1080/02680939.2018.1560504

THIESEN, J. Currículos da educação básica brasileira: convergências com o discurso educacional global em contextos de internacionalização. **Revista Ibero-Americana De Estudos Em Educação**, v. 14, n. 2, p. 420–436, 2019. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/11306

THIESEN, J.; DURLI, Z. Territórios do currículo nas escolas públicas: o fenômeno da ocupação pela iniciativa privada. **Revista Espaço do Currículo**, v. 9, n. 2, 2016. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/29274

TRICCO, A. C. et al. PRISMA Extension for Scoping Reviews (PRISMA-ScR): checklist and explanation. **Annals of Internal Medicine**, v. 169, n. 7, p. 467-473, 2018. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30178033/

VAL, M. M. S.; MARCUSCHI, L. A. Poemas na escola: análise de textos de aluno. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.26, n.02, p.65-88, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/edur/a/CZBXJmNMQ95zVD6HNgn6nhd/?format=pdf&lang=pt

VALE, C.; SANTOS, T.; ALVES, A. A servidão da educação pública aos interesses mercantis: análise em três municípios do Pará. **Humanidades & Inovação**, v. 08, n. 43, 2021. Disponível em: https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/3425

VALLE, A. s. v. Movimentos étnicos bolivianos e sua luta pelo reconhecimento de princípios indígenas no direito estatal. Revista de Movimentos Sociais e Conflitos, v. 6, n. 1, p. 55-74, jan./jun. 2020. Disponível em: https://www.indexlaw.org/index.php/revistamovimentosociais/article/view/6532

VENCO, S. Santa Catarina: rumo à privatização da educação pública? In: VENCO, S.; BERTAGNA, R.; GARCIA, TEISE. [Orgs]. **Currículo, gestão e oferta da educação básica brasileira**: incidência de atores privados nos sistemas estaduais das regiões Nordeste e Sudeste (2005-2018), Vol. 2. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021, p. 367-387.

VENCO, S.; BERTAGNA, R.; GARCIA, TEISE. (Org.). **Currículo, gestão e oferta da educação básica brasileira**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021.

VENCO, S.; SOUZA, F. A Educação Básica em Alagoas: predisposição à privatização? In: VENCO, S.; BERTAGNA, R. H.; GARCIA, TEISE. (Orgs**.). Currículo, gestão e oferta da educação básica brasileira.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2021.

VERGER A.; STEINER-KHAMSI G.; LUBIENSKI C. The emerging global education industry: analysing market-making in education through market sociology. **Globalisation, Societies and Education,** *v.*15, n. 3, p. 325–40, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.1080/14767724.2017.1330141

VERGER, A. Framing and selling global education policy: the promotion of public–private partnerships for education in low-income contexts. **Journal of Education Policy**, London, v. 27, n. 1, p. 109-130, 2012. Disponível em: https://doi.org/10.1080/02680939.2011.623242

VERGER, A.; STEINER-KHAMSI, G.; LUBIENSKI, C. The emerging global education industry: analysing market-making in education through market sociology.

Globalisation, Societies and Education, 2017. Disponivel em: https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14767724.2017.1330141.

VILARINHO, E. Articulações entre o público e o privado na educação de infância em Portugal. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.36, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/edur/a/vgXQqytsKLjBp8XXMkmbjjk/?format=pdf&lang=pt

VILLALOBOS, C.; PARCERISA. L; PEREIRA, S.; HERNÁNDEZ, M.; FUENTES, J. Public-private entanglements and educational privatization: Towards a global theory of the role of philanthropic foundations from Global South. **No prelo,** 2025.

VISEU S. New philanthropy and policy networks in global education governance: the case of OECD's netFWD. **International Journal of Educational Research**, v. 114, 2022. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0883035522000799

WANSCHELBAUM, C. La ofensiva de la derecha en la educación y las formas encubiertas de privatización. **Espacios en blanco**. Serie indagaciones, v. 1, n. 32, 2022. Disponível em: https://ojs2.fch.unicen.edu.ar/ojs-3.1.0/index.php/espacios-en-blanco/article/view/892

WORLD BANK. **World development report 2017**: governance and the law. Washington, DC: World Bank, 2017. Disponível em: https://www.worldbank.org/en/publication/wdr2017